

# Capítulo V

## Reciprocidades entre o passado transcendental dos saberes agrários brasileiros e os laços sangüíneos de D. Manuel

*Tinha já dado o sol cinco mil e quinhentas e cinqüenta e duas voltas ao zodíaco, pela sua apurada cronologia dos anos, quando no de mil e quinhentos da nossa redenção (oito depois que Cristovão Colombo levou a especulação a demandar as Índias) trouxe a tempestade a Pedro Álvares Cabral a descobrir o Brasil. Ia este ilustre e famoso capitão (o primeiro que depois de D. Vasco da Gama passava do Tejo ao Indo e Ganges) governando uma formosa armada de treze poderosas naus, com que partiu aos 9 de Março, e navegando ao princípio com próspera viagem, experimentou aos doze dias tão contrária fortuna, que arribando um dos baixéis<sup>1</sup> a Lisboa, os outros correndo tormenta, perdidos os rumos da navegação, e conduzido de altíssima Providência mais que dos porfiados<sup>2</sup> ventos, na altura do pólo antártico, dezesseis graus e meio da parte do sul, aos vinte e quatro de Abril avistou ignorada terra e jamais sulcada costa.<sup>3</sup>*

---

<sup>1</sup> Barcos.

<sup>2</sup> CF. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Verbete: porfiado. Em que houve porfia. Pertinaz, perseverante, obstinado. Renhido, disputado. Verbete: porfia. [Do latim. perfidia.]. Discussão ou contenda de palavras; polêmica. Insistência, pertinácia, teima, obstinação. Figurativo: competição, rivalidade; disputa. À porfia. À competência; com rivalidade; em disputa pela primazia. Sem descanso ou tregua; sem cessar; sucessivamente.

<sup>3</sup> Nota do historiador Pedro Calmon. Continua a nota no final do Primeiro livro de Rocha Pita (1976, p. 20) *O descobrimento do Brasil, que ocorreu a 22 de Abril de 1500, como diz na sua carta o escrivão-mor da frota Pero Vaz de Caminha, antes da revelação deste papel não tinha data certa, hesitando os cronistas entre 24 de Abril (como Rocha Pita, copiando João de Barros), 25 de Abril (segundo Gabriel Soares), 3 de Maio (conforme Pero de Magalhães Gandavo). Pacificava o problema a coincidência que queria estabelecer-se, entre a festa da invenção da Santa Cruz e o achamento da terra que lhe levou o nome (Gandavo, História da província de Santa Cruz, edição da Academia Brasileira, 1923, p. 79), aceita, pela facilidade da comemoração, enquanto se ignoravam a Carta de Caminha, ou seja, até 1817, e a despeito de tudo consagrada, como data oficial, em que se inauguravam as sessões legislativas tanto no Império como na República, até os nossos dias. Realmente coube a Aires de Casal na Coreografia Brasília, em 1817, dar à estampa a epístola que iluminava definitivamente o episódio. Reproduzida em 1826, na Coleção de Notícias para a História e Geografia das nações ultramarinas, e em 1817 por Varnhagen, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, não pode vencer a rotina e substituir, pelo aniversário verídico, o supositivo ou simbólico. 3 de Maio continuou sendo o festivo, celebrado com atitudes de júbilo nacional em 1900, a que não faltou o monumento, naquele dia inaugurado, da praia da Glória, no Rio de Janeiro, obra-prima de Rodolfo Bernadelli. E só não continuou assim porque a Constituição federal de 1946, deu outra data para o começo da legislatura, e prevaleceu a recomendação, subsequente, da comissão de educação e cultura da Câmara dos Deputados, para que fixassem em 22 de Abril a lembrança do descobrimento. Verifica-se, porém, que, caindo em*

## 5. A tradição da Coroa portuguesa desde o Mestre de Avis não era o saber agrário

Este capítulo é a continuação natural do anterior tem como objetivo mostrar concisamente o devenir das virtudes de D. Manuel I. Não apenas as pessoais, mas a interação dessas com as das heranças deixadas pelo heroísmo do passado transcendental daqueles *Varões Previdentes* portugueses e seus predecessores. O primeiro e mais famoso deles é D. João I, o Mestre de Avis, esposado com a lusa-britânica D. Felipa de Lancaster, filha do conde de Lancaster, membro da corte de Ricardo II da Inglaterra. D. João I ficara cinquenta



Figura 58. Casamento de D. João I com D. Felipa<sup>4</sup>

anos no poder, dirigente em toda a História Política de Portugal.<sup>5</sup> Seguido a este, destacam-se ainda os *bons feitos* dos seus três filhos, os infantes D. Duarte, D. Henrique, o navegador e D. Pedro, cuja pouca diferença de idade entre eles, permitira que fossem educados na corte pela própria mãe.

---

*desuso a comemoração de 3 de Maio, que deixou de ser feriado, ainda não se cumpre, por desacostumada, a outra, que não chegou ao povo... Rocha Pita não andou longe. Errou por dois dias: e errou com o autor das Décadas.* (Cf. Calmon, In: Rocha Pita, Op. cit., p. 42)

<sup>4</sup> Figura 58. Cena do casamento de D. João I com D. Felipa de Lancaster. In: Serrão, op. cit. V. I. entre as pp. 304-305.

<sup>5</sup> Cf. Serrão, 1980, vários volumes. Referência completa na bibliografia.

Ao se encontrar gravemente enferma no mosteiro de Odivelas, Portugal, D. Felipa “*arma seus três filhos cavaleiros*”<sup>6</sup> e ao entregar-lhes as espadas diante de uma cruz feita “*daquele verdadeiro pau em que Nosso Senhor Jesus Cristo padeceu*”<sup>7</sup> pronuncia essas palavras em tom de oferenda:

*Quisera, meus filhos — disse ela contra os Infantes — dar-vos agora as espadas em que vos ante falei, mas por non seerem aqui, leixo (deixo) de vo-las dar. Espero dar-vos-ei agora o verdadeiro escudo da fortaleza e defensom, que é o lenho da Vera Cruz; e de menhaã, a Deus prazendo, vos darei as espadas.*<sup>8</sup>

E por esses e muitas outras *boas ações* praticadas D. Felipa continuou sendo postumamente declamada com versos que assim lhe elogiam:

*(...) Que enigma havia em teu seio  
Que só génios concebia?  
Que arcanjo teus sonhos veio  
Velar, maternos um dia?*

*Volve a nós teu rosto sério,  
Princesa do Santo Gral,  
Humano ventre do Império,  
Madrinha de Portugal!*<sup>9</sup>

E assim começa a se revelar que o passado transcendental de D. Manuel está na personalidade ambígua do Mestre de Avis. Ambígua na sua essência por duas razões básicas: de um lado, por ter incorporado os ideais *nacionalistas* da fidalguia burguesa que o fez rei e, do outro lado, por não ter pertencido à linhagem direta dos reis anteriores, pois era filho bastardo do rei D. Pedro<sup>10</sup> (rei trovador) “*e pois que ele, com bom desejo, por natural enclinação refreou os males, regendo bem seu reino (...) de cuidar é que houve o galardom*

<sup>6</sup> Zurara, 1691, p. 18.

<sup>7</sup> Idem, ibidem.

<sup>8</sup> Idem, ibidem..

<sup>9</sup> (Fernando Pessoa, 1998, p. 30)

<sup>10</sup> D. Pedro, o primeiro com este nome de uma linhagem que reinou em Portugal. Nasceu em 1320 e morreu em 1367. Embora tivesse dado algum impulso para valorizar a moeda portuguesa, se destacava mais por jurar que havia casado com Inês de Castro (1320? – 1355). A sua história deixou famosa, pois por ser dama castelhana foi expulsa de Portugal pelo rei D. Afonso IV, pai de D. Pedro I, que depois consentiu ainda que a fosse assassinada. A sua vida é contada em várias obras históricas, em particular no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, em *Os Lusíadas* de Camões, em *A tragédia de Inês de Castro* de Antônio Ferreira, e em *Pedro, o Cru*, do teatrólogo simbolista português António Patrício, do qual foi transcrito o texto acima.

da justiça, cuja folha e fruto é honrada fama neste mundo e perdurável fogaça no outro”.<sup>11</sup> E por essa e outras atitudes em relação à justiça, recebeu o cognome de o *Justiceiro*, sobretudo, por *defender* (sic) a Justiça *igual para todos*, pois esta não podia ter a intromissão dos poderosos, e “ora se a virtude da justiça é necessário ao povo, muito mais o é ao rei, porque, se a lei é regra do que há de fazer, muito mais deve ser o rei que a põe, e o juiz que se há de encaminhar...”<sup>12</sup>

D. Pedro era, segundo Fernão Lopes,

*“muito gago, e foi sempre grande caçador e monteir (que caça a cavalo nos montes), em sendo infante e depois que foi rei, trazendo [trazendo] grã casa de caçadores e moços de monte, e de aves, e cães, de todas maneiras que era para tais jogos eram pertencentes”*<sup>13</sup>

e ficara apenas 10 anos no poder (1357 – 1367). O seu governo foi marcado pelo problema da falta de mão-de-obra rural em razão da peste negra de 1348, pela assinatura, em 1349, da “*primeira lei de trabalho rural obrigatório*”<sup>14</sup> e pelo episódio do assassinato de uma das suas esposas, Inês de Castro. Esta foi assassinada pelo rei-sogro, que por motivos políticos sempre ficou contra a esse casamento, pois a esposa legítima do seu filho tinha de ser mesmo a D. Branca, com quem se casara aos 13 anos de idade. O assassinato segundo alguns historiadores da cultura portuguesa, consentido pelo próprio marido, transformou Inês de Castro em mito na literatura, na história e na tradição oral da cultura popular portuguesa.

Da mesma forma, haure-se aí o culto da saudade cantada por inúmeros poetas lusitanos sobre o drama do rei e de sua amada. E sobre esse culto, diz Haquira Hosakabe (1998, p. 113) que é muito raro encontrar na literatura e na cultura em geral um processo de transubstanciação mítica tão bem flagrado quanto o exposto no seguinte fragmento do terceiro ato da peça teatral *Pedro, o Cru*, do teatrólogo simbolista português António Patrício, que assim diz:

*Vivi um ano assim, do teu martírio. O teu sangue, amor, era o meu vinho.  
A tua morte, Inês, foi o meu pão. Fugia ao sol: a luz envenenava-me.*

<sup>11</sup> Fernão Lopes [1993], Prólogo.

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>14</sup> Saraiva, 1993, p. 569.

*Queria estar só, bem só, murado em mim — cavava no silêncio um fojo<sup>15</sup> escuro para me poder cervar da minha dor. O meu crânio era uma câmara de tortura: — viviam lá um carrasco assassino. E o carrasco era eu, era teu Pedro. Oirava (ter tortura) de pensar... de sentir sangue... Para ver se assossejava, ia montear,... (caçar nos montes), Era um lobo o teu Pedro: era uma hiena. Aí um dia, “Alguém” desceu ao fojo: — “Alguém” que era da morte e da vida; e mais — de além da morte e da vida... e eu vi a Saudade ao pé de mim. Nunca mais me deixou: vivo com ela. Fez-se em mim carne e sangue. Fez-se Inês. Por isso sabes toda a minha vida. Por isso eu sei a morte como tu. Sou o homem que viveu a vida e a morte: sou o homem-Saudade, o rei-Saudade... ...Sou o rei... o rei do maior reino... do reino que me deste, minha Inês... Duas vezes Rainha!... Santa! Santa!... Se estou aqui ao pé de ti — tudo foi bom!... A minha dor, Inês, beijo-a nos olhos!... beijo-a como beijei a tua boca... como — cerrando os olhos na saudade — beijei, beijei, beijei a tua alma... Tudo, tudo foi bom. Tudo eu bendigo. Oiço bater o coração do meu destino. Agora sei, Inês... agora entendo. Morreste moça — para viveres na eternidade sempre moça. Bendito seja sempre o teu martírio! Bendito o lobo em mim... bendito a hiena... (Mais perto dela ainda, erguendo as mãos) Bendita tu, Inês, sempre bendita! (Pausa. Num tom de intimidade mística) Estás outra vez no reino pequenino. Ele foi-te fiel como o teu Pedro. Cada árvore sabe a tua graça. A tarde cai lembrando o teu sorriso. A terra que tu pisaste, alimentou-me: era pão para mim, mas do que pão.<sup>16</sup>*

Depois da morte de D. Pedro, os destinos da nação portuguesa ficaram sob a responsabilidade do seu filho mais velho D. Fernando<sup>17</sup>, herdeiro natural do trono. Com a morte deste, em 1383, quem deveria assumir naturalmente o trono era da sua filha única, D. Beatriz<sup>18</sup> recentemente casada com D. João I, rei de Castela. Mas como isso levaria oficialmente o retorno de Portugal ao domínio de Castela, terminou por provocar uma forte reação a essa subordinação na nascente burguesia comercial portuguesa, que acaba por optar pela liderança do Mestre de Avis. Esse, além de se posicionar contra o retorno de Portugal à Coroa de Castela, contava — em razão do seu casamento com uma

<sup>15</sup> Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbetes: fojo. Cova funda, cuja abertura se tapa ou disfarça com ramos a fim de que nela caiam animais ferozes. Sorvedouro de águas, de lama, etc. Lugar muito fundo num rio. Caverna, gruta, furna.. Bras., N. e N.E. Armadilha para apanhar ratos ou caça miúda.

<sup>16</sup> Patrício, 1982, pp. 167-168, Apud Hosakabe, 1998, p. 113.

<sup>17</sup> D. Fernando nasceu em 1345 e morreu em 1383. Assumiu o trono aos 18 anos de idade e reinou Portugal por 16 anos, de 1367 a 1383. (cf. Hermano Saraiva, 1993, anexos.)

<sup>18</sup> D. Beatriz nasceu em 1372 e a data da morte é ignorada. Com a morte do pai, D. Fernando, em 1383, seria a herdeira natural do trono. Mas como estava ainda com apenas 9 anos de idade e logo cedo casou-se com D. João I, rei de Castela, não foi possível reinar, por motivos acima descritos. (Cf. Hermano Saraiva e outros já citados).

filha da dinastia inglesa dos *Lancasters* —, com o apoio da Inglaterra (reinado de Eduardo III) para o desenvolvimento de Portugal. Destaque-se ainda que, o fato de ter sido desde a sua infância membro militar da Ordem de Cristo Jesus, haver lutado pela união e autonomia do reino de Portugal, não aceitava facilmente que lhe fizessem oposições. Esta vingança tem um caráter particular e de ordem familiar, que é vingar-se do seu próprio irmão, o rei D. Fernando, que mandara prendê-lo. O motivo da prisão é explicado a seguir pelo cronista-mor da sua corte, Fernão Lopes:

*(...) Como começou o azo (motivo) da prisom do Mestre de Avis e de Gonçalo Vasques de Azevedo foi, segundo ouvistes, que, quando João Fernandes de Andeiro vei falara a el rei D. Fernando, em Estremoz, sobre a vinda dos Ingreses, e que el-rei teve ascondido por alguns dias na torre desse lugar, soou nom honesta fama entre ele e a rainha; e posto que à primeira fosse escura, e nom tendo curtos autores, depois, per firme opiniom, falavam nisso mui largamente; por a qual razom eram ambos havidos em grande ódio das gentes, especialmente dos grandes e bons, que se doíam da desonra de el-rei. (...) A rainha, depois que houve estas palavras com Vasco Gomes, cuidou em isto que ele disse e no que ante ouvira dizer a Gonçalo Vasques, e pesou-lhe muito de coração. E entendeu que per aquele privado de el-rei havia de ser pubricado sua fama e descoberto todo seu feito; e que, sendo isto sabido, era ela mui grande vengança e perigo, e isso mesmo daquele cavaleiro com quem ela era culpada, cuja morte ela nom desejava de ver. E pensou como no reino nom havia nenhum do linhagem de el-rei, que isto quisesse vingar, senom aquele seu irmão bastardo, que era Mestre de Avis (...) e, entendeu que, sendo aquele privado de el-rei e este seu irmão morto, que ele seria de todo segura, porquanto tôdolos outros mores do reino eram seus devidos, ou posto em honra por ela. (...) E dizem alguns que fez fazer cartas falsas, em nome do irmão de el-rei e daquele seu privado, as quais pareciam ser enviadas por eles a Castela, em desserviço de el-rei e de todo o reino. E fingiram ser estas cartas enviadas e tomadas no extremo, caladamente, segundo a maneira que sobre isso foi ordenada. (...) A el-rei pareceu este bom conselho e pôs em vontade de o fazer assí. E cuidou de os mandar prender, de guisa que eles nom pudessem fugir, nem ser tomados àquele a que os entregasse. (Cf. Fernão Lopes, s/d, pp. 83-86)*

Por essas e outras razões que aos poucos vão aparecendo neste texto, vê-se que o Mestre de Avis era portador de um comportamento e também de uma ética de governar, opostos a muitos outros seus antecessores, em particular D. Diniz<sup>19</sup>

<sup>19</sup> D. Dinis, nasceu em 1261 e morreu em 1325. Reinou 46 anos, de 1279 a 1325. (Idem, ibidem). Ficou conhecido como o mais famoso Rei Trovador português, por consagrar as cantigas

(...) *O plantador de naus a haver,  
e ouve um silêncio múrmuro consigo:  
e o rumor dos pinhais que, como trigo  
de Império, ondulam sem se poder ver.*

*Arroio, esse cantar, jovem e puro,  
Busca o oceano por achar;  
E a fala dos pinhais, marulho obscuro,  
É o som presente desse mar futuro,  
É a voz da terra ansiando pelo mar,  
(Cf. Fernando Pessoa, idem, p. 28)*

Os tropos dos versos acima se referem à habilidade administrativa e intelectual de D. Diniz,



que se notabilizou por uma série de fatores. No **Figura 59. Universidade no séc XV<sup>20</sup>** campo do saber, por exemplo, com a instituição, em 1288, da primeira Universidade portuguesa, inicialmente instalada em Lisboa e transferida para Coimbra, em 1308, voltando para Lisboa, em 1338, e, finalmente, retorna definitivamente para Coimbra, em 1354. Também fortaleceu o poder da tradicional aristocracia agrária Portuguesa, mas sem abandonar o mar. Com o mesmo entusiasmo, incentivou a agricultura, atividade principal da aristocracia rural que lhe apoiava no poder. Quanto à agricultura e à questão agrária de modo geral,

*(...) o rei concedia os terrenos rematados ou lotados em foros certos de pão, ou de moeda, a um povo, e os moradores repartiam entre si encargos, como depois de repartir a siza<sup>21</sup>. (...) A regra necessária destes aforamentos coletivos era ficarem sendo comuns do povo todos os terrenos, e assim que aumentou o número dos habitantes, o interesse geral opôs-se a que qualquer deles se apropriasse da mínima parte. (...) Quem ditou esta profunda modificação no sistema usado por D. Diniz, sistema oposto aos seus lineamentos principais, sobretudo ao desaproveitamento dos terrenos cultiváveis? Foi naturalmente a tendência irresistível do ânimo dos povos para a acção cooperativa nos trabalhos e indústrias, que a esse tempo e em outras partes já todos separavam e dividiam. De feito, em Trás-os-Montes o princípio de associação predominava tanto na repartição dos encargos, como na das operações próprias da vida rústica. Nas aldeias, o forno de pão, o moinho, a guarda dos rebanhos e dos frutos, o serviço dos caminhos e pontes, e até a própria cultura, tudo era feito em comum por meio da*

---

medievais de amigos, escárnio e maldizer, e por ter ainda fundado a primeira Universidade portuguesa, a de Coimbra, entre as primeiras que estavam surgindo na Europa

<sup>20</sup> Figura 59. Uma aula na Universidade, segundo gravura do século XV. In Serrão, op. cit. V. 2, entre as pp. 320-321.

<sup>21</sup> Faria: Op. cit. verbete Siza: cortar, tirar uma porção. Tributo temporário que si pagava para as urgências do estado, e gastos de guerras, sobre compras e vendas de bens de raiz, de victualhas, bestas, et. Depois de El-rei D. João I se tornou permanente.

coadjuvação recíproca dos vizinhos, e não por serviços alugados a jornal. Conformando-se com os costumes, e inclinando-se diante do seu poder, o rei julgou mais prudente edificar com eles do que expor-se a ser vencido nos intentos civilizadores, contrariando-os. Aceitando as bases da cooperação como a única possível, estabeleceu o pagamento em comum dos impostos ou do foro, e deixou ao senhorio para serem beneficiados.<sup>22</sup>



Figura 60 À esquerda: Cena familiar e trabalho rural no fim do século XV<sup>23</sup>  
 Figura 61 À direita: Cena de pastoreio no século XV<sup>24</sup>

<sup>22</sup> Silva, 1868, pp. 110 – 112.

<sup>23</sup> Figura 60. Cena familiar e trabalho rural no fim do século XV, segundo uma iluminura do Livro da Hora de D. Manuel (Museu Nacional de Arte Antigas). In: Serrão, op. cit. V.I, entre as pp. 256-257.

<sup>24</sup> Figura 61. Cena de pastoreio no século XV, segundo uma iluminura do Livro da Hora de D. Manuel (Museu Nacional da Torre do Tombo). In: Serrão, op. cit. V. II, entre as pp. 272-273.



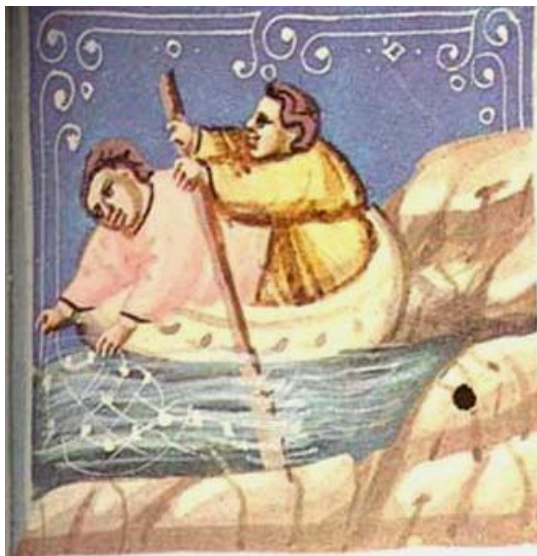


Figura 62. A Pesca<sup>25</sup>



Figura 63. A Caça<sup>26</sup>



Figura 64. A Ceifa<sup>27</sup>



Figura 65. A Vindima<sup>28</sup>

Uma outra realização de D. Diniz, e que se tornou muito importante no campo religioso-ideológico português da época, em Portugal, foi a substituição,

<sup>25</sup> Figura 62. A pesca.

<sup>26</sup> Figura 63. A caça.

<sup>27</sup> Figura 64. A ceifa.

<sup>28</sup> Figura 65. A vindima. O ato de colher e apanhar a uva. A época em que essa faina se realiza. O conjunto das vindimas. Colheita de qualquer fruto. Granjeio, aquisição. Cf. HOLANDA FERREIRA; MORAES DA SILVA: FÁRIA, LELLO UNIVERSAL e outros dicionários consultados. Obs.: as figuras: XXXIV (a pesca), XXXV (a caça), XXXVI (a ceifa) e XXXVII (a vindima), consecutivamente correspondem aos meses de fevereiro, março, junho e setembro, segundo as iluminuras do Missal de Lorvão (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). In: Serrão, op. cit. v. I. entre as pp. 352-353.

em 1319, da Ordem dos Cavaleiros dos Templários — fundada em 1119, na França e suprimida em 1312, pelo papa Clemente V, sob pressão de Felipe, o Belo, rei da França — pela Ordem Militar dos Cavaleiros de Cristo Jesus. Supõe-se esses movimentos que estavam acontecendo em toda Europa Ocidental, tenham levado D. Diniz, um rei culto e um dos principais trovadores europeu da sua época, a criar uma ordem militar-religiosa para o seu reino, cujo objetivo principal seria o de organizar e de participar do movimento cruzadista. Desta forma, tal movimento facultaria o acúmulo de riqueza em Portugal, uma vez que, como se viu acima, a Ordem dos Templários era francesa e tinha assumido a hegemonia dos movimentos cruzadistas e da acumulação do capital bancário europeu. Neste sentido, afirmam historiadores portugueses, que o reinado de D. Dinis foi marcado pela estabilidade econômica e progresso social do século XIV em Portugal, superado apenas pelo período final do reinado de D. João I.

## 5.1 A vocação natural do Mestre de Avis não era a agricultura, mas a “Fé”, a “Guerra”, a construção de Mosteiros e a Expansão marítimo-comercial de Portugal

D. João I se destaca não pelas mesmas vocações de D. Dinis, pois os documentos históricos, inclusive a escrita do seu cronista Fernão Lopes, deixam transparecer que fora rude e indiferente para com as artes poéticas, embora o seu pai bastardo tivesse sido trovador. As exaltações giravam em torno de outros



**Figura 66. Sede da Ordem de Cristo<sup>29</sup>**

atributos, tais como em primeiro lugar ter recebido com apenas sete anos de idade, em 1365, o título de Mestre da Ordem de Cristo ou Ordem Militar de Avis

<sup>29</sup>

Figura 66. Sede da Ordem de Cristo. In: Serrão, op. cit., v.I entre as pp. 256-257.

(àquela criada por D. Dinis), cuja sede era um castelo construído com fortes muralhas num ponto estratégico da cidade de Lisboa.

D. João I já comprometido com os ingleses, foi impedido por representantes da burguesia de Lisboa, de viajar à Inglaterra e, inicialmente de se casar com D. Felipa. Como alternativa a esse casamento e reconhecimento pelas suas habilidades, os burgueses comerciais portugueses “(...) *propuseram-lhe que casasse com Dona Leonor Teles, e ficasse ‘Regedor do reino’*. Contudo, enquanto Álvaro Pais vai a Alenquer, onde D. Leonor se encontrava, o povo de Lisboa, alheio aos interesses dos políticos, toma uma decisão patriótica”. (Cf. Fernão Lopes, op. 115) E assim dizem historiadores e cronistas portugueses que D. João I foi o primeiro regente português a ser eleito pelo povo, em 1383, como regedor e defensor do reino de Portugal e a partir daí se destaca pela audácia e coragem de mandar matar os seus opositores, (segundo descreve a Parte I da Crônica de D. João I, de Fernão Lopes).

E nesse processo de luta, diz Fernão Lopes que o povo por ser livre

*(...) e nom sujeito a alguns que o contraio disto sentissem, lhe pediram por mercê que se chamasse Regente e Defensor dos regnos. E ele, vendo seu grande desejo, (...) outorgou de o fazer, contanto que eles se juntassem todos aquele dia no moesteiro de S. Domingo, para lhe haver de falar o que sobre isto entendia de fazer em razom de sua ficada, por que tanto era requerido; e eles disseram que lhes prazia muito. Juntos esse dia muito povo da cidade em aquele moesteiro, propôs o Mestre como se entendia partir do regno e as razões por quê, todavia, ficasse por seu defensor; e que ele se escusara disso por certas razões que lhe logo assinou, mas que, pois se eles tanto aficavam que todavia nom partisse e ficasse na cidade, que ele por serviço e honra do regno, determinava em sua vontade de ficar, contanto que eles tivessem maneira de o servir e suportar em aquela honra e estado que cumpria para defessom do regno. (...) E desta guisa foi o Mestre tomado por regedor e Defensor do regno, no qual regimento e defessom que fez, bem se mostrou depois sua virtude, como adiante podereis ver.<sup>30</sup>*

Ação essa repetida novamente pelo povo, em 1385, agora para elegê-lo não mais para um outro mandato de regente, mas sim, como rei de Portugal. A cerimônia foi realizada após as vitórias das batalhas de Lamego e, principalmente a de Aljubarrota. Algumas versões de ambas as batalhas ainda se fazem presente

---

<sup>30</sup> Fernão Lopes, op. cit. pp. 115-117.

no imaginário popular da sociedade portuguesa ainda dias atuais. Cita-se aqui como exemplo a versão recolhida, em 12 de agosto de 1996, ao tomar o depoimento de um agricultor de 76 anos de idade, o Sr. Antônio, residente num vilarejo de origem romana de nome Soure<sup>31</sup>, a uns 30 km ao leste de Coimbra. O conversa informal<sup>32</sup> com o Sr. Antônio, que autorizou anotá-la foi como se pode chegar até os locais chamados Aljubarrota e Lamego.

A conversa terminou girando em torno da história das duas localidades, e assim ele dizia (citação muito longa, mas necessária):

*“Patrício, penso que esse lugar não os conheço. São tão antigos que as pessoas terminam por esquecerem. Sei que existe para as bandas de Irias um mosteiro chamado de Mosteiro da Batalha, pois, pois eu mesmo lá nunca fui lá, pois a única vez que saí desta terra foi para pagar uma promessa para Nossa Senhora de Fátima, pois como esta batalha é coisa de muito antigo eu também não quireis ir lá visitá-la. Não me lembro mais, eu não sei direito, pois quando éramos miúdos (crianças) os nossos antepassados nos diziam que este local ficou assim chamado porque há muito tempo atrás houve uma guerra entre os portugueses e os castelhanos. Esta guerra era comandada por um valente rei de Portugal, muito valente e conhecido aqui entre nós portugueses, não sei se os brasileiros o conhecem, de D. João I, por ter sido o nosso primeiro rei generoso, guerreiro e cavaleiro famoso da Nossa Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, lá de uma região longe que nós cá chamamos de Avis, pois é uma pequena aldeia lá pelas bandas de Lisboa.*

---

<sup>31</sup> LELLO UNIVERSAL. Verbete Soure. *Sede do conselho do distrito de Coimbra, Portugal, na margem direita do rio Soure. Parece ter sido antigo povoamento romano e mais tarde mourístico. Tem foral dado pelo conde D. Henrique. O seu rio com esse nome banha Pombal e entra no Mondengo perto de Alfarelios. Também lhe chamam de Ançus e Aruma.* No Brasil também tem duas cidades com este mesmo nome: a sede da Ilha de Marajó, no Pará, e a sede do município de Nova Soure, na Bahia.

<sup>32</sup> As anotações desta conversa estão registradas no caderno número dois de notas e transcrições de documentos para a tese.



**Figura 67. Batalha de Aljubarrota<sup>33</sup>**

*Não sei também se esta Ordem existe lá no Brasil, pois lhe digo que tenho parentes no Brasil, tenho irmãos por lá que já têm famílias brasileiras e dois têm padarias em São Paulo e outros dois são sócio de um brasileiro nosso parente nosso, em um bar no Rio de Janeiro, num lugar chamado Nova Iguaçu, não é? Pois cá eles sempre vêm e contam muitas coisas boas e bonitas do Brasil, e que é muito quente mas também faz frio e até geadas tem, pois também se olha aqui pela televisão, novelas bonitas e mulheres que o Brasil tem, mas não entendemos direito o português que lá os falam na televisão, pois mesmo assim eu nunca quis sair daqui.*

*Pois sim, quando eles para lá foram, eu aqui fique para cuidar dos antigos e falecidos meu pai, minha mãe e meus avós pais da minha mãe, dos quais herdei este pequeno torrão. Eles já andavam com fraquejas (fraquesa), pois agora quem já é antigo, e anda com fraqueja sou eu, e nunca tive vontade de sair daqui. Pois eles meus irmãos, cunhados e sobrinhos quando aqui vêm me dizem que o Brasil é tão longe e tão grande que não sei como o patrício chegou até aqui neste fim de mundo. Pois o patrício me perguntou e eu não acabei de contar a história que esse rei, contava-nos os nossos antigos, venceu a guerra porque foi ajudado por um também valente fidalgo patrício nosso Nunálvares Pereira e por todos os portugueses que lá eram pobres e a conquista trouxe para este reino e que hoje lá tudo se perdeu. Pois lhe digo que os antigos contavam também que este nome de Lamego é uma cidade muito antiga, ainda dos tempos dos romanos, pois acho que nada disso lá mais tem. Está numa região que nos tempos antigos, muito antigos, para lá iam os portugueses de Lisboa comprar frutas e bons queijos que os daqui bons não são, e vinhos bons também. E os nossos antepassados nos contavam que muitos mosteiros de padres e irmãos por lá têm, pois lá se deu também uma batalha chamada da lama, pois é uma*

*região de lama lá do lado da Beira-alta por onde nasce o rio Douro, na mesma ocasião da batalha de Aljubarrata, mas não posso me lembrar se foi também com os castelhanos.*

Abre-se aqui um parêntese para esclarecer que o local Lamego é uma (outra citação longuíssima)

(...) Cidade episcopal de Portugal, na província de Beira-Alta, junto do monte Penudo e do rio Balsemão e a uma légua ao sul do Douro, corresponde a antiga Lama,



**Figuras 68. Serra de Reguengo** <sup>34</sup>

*Lacemargo ou Lamacoenorum, a que foi corte de reis mouros até 1098, em que lhe foi tomada por D. Fernando, rei de Castela. Tem esta cidade de notável a sua catedral de estylo ghotico, construida ou reedificada pelo conde D. Henrique, e outra (Almacova) que foi antigamente mesquita árabe, algumas casas particulares elegantes e o palácio do bispo, que é vasto. As campinas adjacentes são muitíssimo férteis e abundantes em carnes e fructas, mas principalmente no famoso vinho do Alto-Douro, vulgarmente chamado do Porto; os presuntos e salpicões de Lamego são também de delicado sabor e os mais afamados do reino. Se a disposição em que se acha assentado o seu termo o torna incommodo para o viajante, compensa-o por outro lado a natureza com a excellencia de seus fructos e vinhos, produzindo nos barrancos e nas escabrosidades do terreno, que se multiplicam caprichosamente em contínuas e arborisadas ondulações. Esta antiga cidade fundada pelos celtas 360 anos antes da era cristã, torna-se igualmente memorável por opinião geral (e matéria de fé política) que na sua igreja d'Almacave se celebrára a primeira reunião de côrtes portuguesas em 1143 a 1144, presidida pelo recém-criado rei D. Afonso Henrique, na qual se estabeleceram as leis fundamentais da monarchia. Contêm 9:350 habitantes; dista 3 leguas ao S. de Villa Real, 13 a E. do Porto e 55 a NE. De Lisboa. Latitude E. 41° 5'; longitude ° de P. 10° 3'.<sup>35</sup>*

<sup>34</sup> Figuras 68. Serras de Reguengo. As dez imagens referentes ao Mosteiro da Batalha e das paisagens de Aljubarrota e circunvizinhas, foram cortesias do poeta português J. M. Estrela e da jornalista portuguesa do Jornal *A Voz de Portugal*, D. Maria do Carmo Furtado. D. Maria também indicou as regiões que aparecem nas três primeiras fotos. A localização de cada uma das partes da planta do Mosteiro, ela tirou de uma publicação sobre igrejas portuguesas de propriedade do Sr. Estrela.

<sup>35</sup> Faria, op. cit. verbete Lamego

Acrescenta ainda o Dicionário Lello Universal, verbete Lamego, que



Figura 69. Aldeia de Aljubarrota<sup>37</sup>



durante os - Figuras 70. Planalto de São Mamede<sup>36</sup> séculos XIV e XV, foi uma terra próspera e importante. Fecha-se aqui o parêntese sobre a explicação de Lamego, e o seu Antônio faz uma pequena exposição sobre o significado da palavra Aljubarrota:

*pois quanto este nome de Aljubarrota, contava-nos os nossos antepassados, era como se dizia das vestes rotas dos soldados castelhanos, pois, pois, **aljuba** é jaleco árabe e **rota** quer dizer aqui entre nós, e os meus irmãos quando aqui vêm dizem que no Brasil também é podre, podridão, trapo de roupa feitas de folhas secas de atilho. Ao indagar-lhe o que era atilho,<sup>38</sup> ele deu a seguinte explicação,*

<sup>36</sup> Figuras 70. Planalto de São Mamede

<sup>37</sup> Figuras 69. Aldeia de Aljubarrota.

<sup>38</sup> Cf. Faria, op. cit. Verbetes Atilho, *Junco*, do latim *juncus*, botânica: genero de plantas que é o typo das familias das junceas, e que se compõe de umas sessenta e nove espécies, que habitam umas as proximidades do mar e dos grandes lagos, outras proximas dos montes de neve dos Alpes e ao polo, mas em geral preferem os lugares pantanosos da Europa e das Américas. Faz-se com as folhas de muitas especies, e sobre tudo de *juncus glaucus*, atilhos que são muito empregados na jardinagem". Esta definição é a mesma que se encontra no Vocabulario da Lingua Portuguesa e Latina de Raphael Bluteau. Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Pedro Celso Luft, Koogan/Houaiss e Caldas Aulete (referências completas na bibliografia), *Atilho* significa: *barbante, fita, fio, cordel, cordão, corda ou tudo aquilo que se ata ou amarra. No Brasil se trata de feixe de espigas de milho.* Aurélio diz ainda que em nota de rodapé Taunay descreve que

apontando para um cesto cheio de espigas de milho que estava embaixo de um pé de figueira da Índia: “É um capim cuja folha é um talo oco, um fino canudo. E este capim lá no Brasil não tem? É. hoje serve aqui para fazer estas coisas que mostrei para o patrício

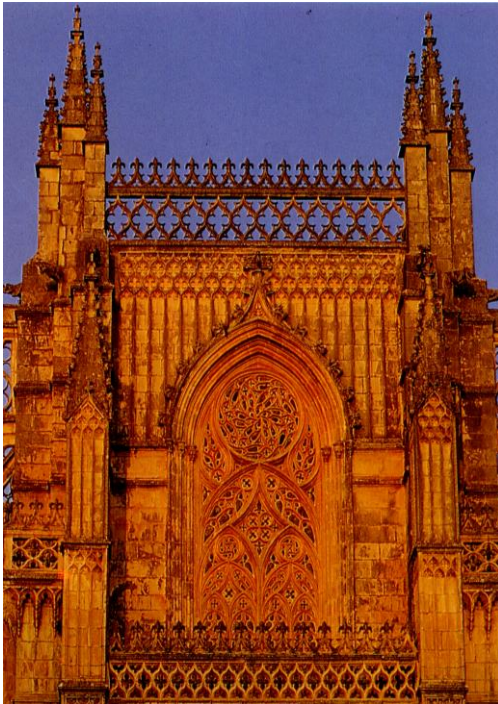


Figura 71. Porta estilo Manuelino<sup>39</sup>

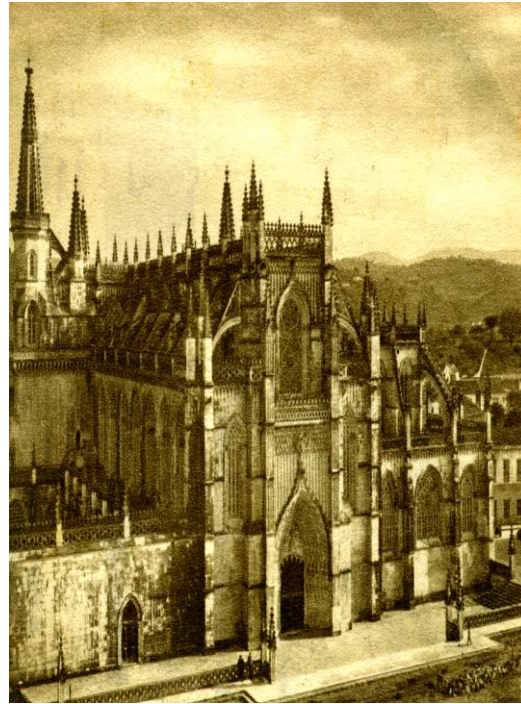


Figura 72. Vista Antiga do Mosteiro<sup>40</sup>

Segundo a historiografia oficial, essas guerras foram motivadas num clima de tensão gerado pela “descordança que os fidalgos e povos haviam entre si sobre a enliçom que queriam fazer”.<sup>41</sup> E assim, continua Fernã Lopes,

*Nom poderam tôdalas [razões] arrancar da vontade e desejo de alguns a primeira tençom que por parte dos infantes [D. João e D. Dinis] tinham, assi com Martim Vasques e seus irmãos, e tôdolos daquela liança, dizendo que (...) o reino, sem dívida, ao infante D. João pertencia de direito, e que em seu nome deviam fazer guerra, até [até] que vissem que termo havia sua prisom; ca lhes parecia mui estranho darem nome de rei ao Mestre, pois a outrem pertencia o reinado.*

---

um “atilha se compõe de quatro espigas amarradas. Quanto a Junco, a definição dos demais convergem para a mesma do Aurélio no verbete junco. Designação comum a numerosas plantas herbáceas das famílias das ciperáceas e juncáceas, lisas, delgadas e flexíveis, de folhas graminiiformes, flores inconspícuas, que habitam lugares úmidos, e das quais nem todas as espécies são nativas”. (Idem, verbete junco).

<sup>39</sup> Figura 71. Porta estilo Manuelino.

<sup>40</sup> Figura 72. Vista antiga do Mosteiro.

<sup>41</sup> Fernão Lopes, op. 141.



D. João I havia feito uma promessa a Nossa Senhora da Vitória que se ganhasse a guerra contra os espanhóis, lhe pagaria com a construção de um grande mosteiro. E cumprindo a sua palavra a partir de 1388, começou a construção do Mosteiro da Batalha, ou Santa Maria da Vitória, cujas obras decorreram até 1580. O referido mosteiro foi construído na cidade de Aljubarrota, aldeia de origem romana situada na orla setentrional do Maciço de Aire, no Vale do Rio Lena e entre as Serras do Reguengo, Andorinha e Barrorinha. Desde os tempos da dominação romana na Europa, antes mesmo da existência do condado portugalense, até os dias atuais, predominou nessa região a pequena propriedade fundiária portuguesa. O referido Mosteiro é considerado por especialistas em arquitetura, como um dos maiores, mais bonitos e mais luxuosos conjunto arquitetônico de toda a Europa medieval e renascentista.

Por isso, é uma marca da opulência portuguesa nos séculos XIV, XV e XVI, e apresenta uma estrutura dividida em oito partes: 1) fachada do mosteiro, construída entre 1402 a 1438; 2) nave da igreja; 3) capela do fundador construída entre 1426 e 1434; 4) claustro real; 5) sala do capítulo; 6) refeitório; 7) claustro de D. Afonso V e 8) capelas imperfeitas ou Ponteão de D. Duarte, percebida em 1435 e decoradas em estilo manuelino no reinado de D. Manuel.

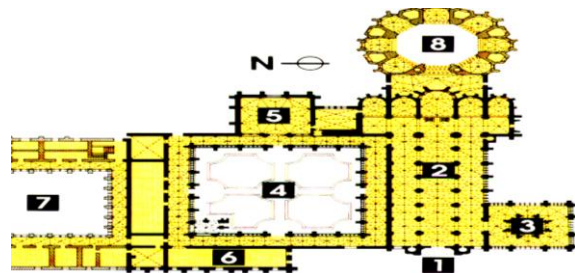


Figura 73. Planta do Mosteiro<sup>42</sup>

<sup>42</sup> Figura 73. Planta do Mosteiro. A explicação sobre a divisão da planta do Mosteiro foi dada por D. Maria do Carmo Furtado.



Figura 74. Vista geral do Mosteiro<sup>43</sup>



Figura 75. Nave da Igreja<sup>44</sup>

Entre outros aspectos, essas duas guerras passaram a ser consideradas, tanto no discurso da historiografia oficial quanto no da tradição popular, como o acontecimento decisivo da Independência definitiva do reino Portucalense e do estabelecimento da dinastia de Avis. Apesar de descendente desta linhagem, o Mestre de Avis destronou — com a colaboração de vários segmentos da sociedade portuguesa, sobretudo da gente do povo — a tradicional monarquia agrária portuguesa aliada dos castelhanos. Essa ação foi vencedora de uma guerra que

*(...) cinde a história portuguesa em vertentes antagônicas. Até esse decisivo acontecimento que deu ao povo, numa segunda independência, a posse irrotorquível do território, o reino é a continuação hereditária do castro, da citânia (de cidadãos), do burgo, do município, do condado, da diocese, da vila, da corte — em que as leis gótico-romanas tinham plasmado a cidadania resistente. Repelidos pelo Mestre de Avis e seu beato condestável os exércitos de Castela, apresenta-se-lhe outra ordem de problema. Atrai-o o mar.<sup>45</sup>*

<sup>43</sup> Figura 74. Vista geral do Mosteiro

<sup>44</sup> Figura 75. Nave da Igreja.

<sup>45</sup> Calmon, s/d, p. 9, vol. 1.

Segundo alguns historiadores, essas batalhas marcaram a “vitória da revolução burguesa sobre o rei de Castela e a aristocracia rural”.<sup>46</sup> Na realidade, essa vitória deveu-se, principalmente, à participação dos ingleses e de vários fidalgos portugueses. A participação dos ingleses foi decisiva porque eles

*(...) ajudaram no dia do triunfante de Aljubarrota; e a sua tática vitoriosa em Azincourt, dera em 1385 a vitória ao Mestre de Avis, desmantelando a cavalaria castelhana, e sagrando-o rei. Conquistara a Coroa: podia celebrar alianças. Pela inglesa que de*



**Figura 76. Exterior das Capelas Imperfeitas<sup>47</sup>    Figura 77. Claustro Real<sup>48</sup>**

*então continua até hoje (1891), com mais ou menos contestado proveito, o duque de Lancaster obtinha do rei de Portugal direito de passagem e auxílios de gente para a sua empresa castelhana, desistindo das pretensões sobre terras lusitanas que andavam incluídas para os nossos inimigos na categoria de rebeldes.*<sup>49</sup>

Entre os fidalgos, destaca-se o comandante Nunálvares Pereira que fora para a nascente burguesia comercial a

*(...) Sperança consumada,  
S. Portugal em ser,  
Ergue a luz da tua espada  
Para a estrada se ver!*<sup>50</sup>

<sup>46</sup> SÉRGIO, Antonio. 1974, pp. 32-35.  
<sup>47</sup> Figura 76. Exterior das Capelas Imperfeitas.  
<sup>48</sup> Figura 77. Claustro real.  
<sup>49</sup> Oliveira Martins, idem, p. 37.  
<sup>50</sup> Fernando Pessoa, idem, p. 41.

A sua habilidade estratégica e tática à frente de um grupamento de homens composto

*por menos de 2000 soldados armados com lanças, 800 soldados armados com bestas<sup>51</sup> e 4000 soldados de infantaria, venceu os castelhanos que dispunham de 20 000 cavaleiros, dos quais 2000 eram franceses e com uns 10 000 peões (pessoas recrutadas entre a população e sem preparo especial para a guerra).<sup>52</sup>*

Além desses homens tiveram ainda participação daqueles que pouco ou quase nunca são citados na documentação ou na literatura oficial, pois

*(...) quem combateu nas cidades e no campo — o soldado raso, por que assim digamos, — foi o povo, levado pelas idéias e pelos sentimentos que lhes eram próprios: chamamos burguesa à revolução porque foi a burguesia que a inspirou de fato, que lhe deu o rumo, que dirigiu, que lucrou com ela.<sup>53</sup>*

Não se pode descartar também um outro fator importante, muito pouco referido pelos historiadores sobre a restauração da paz entre Portugal e Castela: as facilidades provenientes das relações familiares existentes entre as duas coroas, ou como diz Lopes em notas de rodapé das Crônicas de Zurara: “*pelo fato de a rainha tutora de Castela, D. Catarina, ser irmão de Felipa de Lancaster, e o outro tutor, o infante D. Fernando, desejar paz com Portugal para se ocupar do trono de Aragão, a que pretendia.*”<sup>54</sup>

Diante desses acontecimentos, o Mestre de Avis assumiu o trono de Portugal no ano de 1385 “*quando estava o Sol em seis graus de signo de Virgem e a Lua sobre o primeiro quarto do seu crescimento, no primeiro grau dos dois Gêmeos, que são Pólux e Casto, filhos de Leda.*”<sup>55</sup> O seu governo foi marcado por uma série de eventos. Primeiro, não ter revogado as medidas do seu antecessor, em relação a alta dos impostos que vinha desde a época de D. Dinis. Isto era resultante do dano provocado à Fazenda Real, visto que

<sup>51</sup> HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbete: besta. Arma antiga, formada de arco, cabo e corda, com que se disparavam pelouros ou setas.

<sup>52</sup> A. Sérgio, idem

<sup>53</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>54</sup> Lopes, Apud Zurara, 1691, p.1.

<sup>55</sup> Zurara, Crônica, cap. LXXXVII, Apud Tarracha Ferreira, [1993], p. 127.

*(...) em tais condições, diminuída nas fontes produtivas e administrada com desleixo, não podia a exploração do acervo, terra e trabalho humano, em que consistia a indústria régia, manter-se em estado próspero. As receitas cedo deixaram de cobrir as despesas, e foi necessário inventar novos meios de produção. Até à expulsão fina dos mouros, o despojo das guerras de conquista, preenchiem a diferença.<sup>56</sup>*

Assim, o Mestre de Avis continuou aumentando os impostos, pois esses eram fundamentais para financiar as inúmeras guerras iniciadas por D. Fernando e por ele continuadas.<sup>57</sup> No seu reinado *já tanto havia crescido, e tanto minguido as outras rendas, que importava em mais de três quartos do total: 60.950.000 libras em 81.600.000. Valor das rendas do reino, abatendo as sisas [impostos de transmissão]. 7847 contos.*<sup>58</sup> Na realidade, conservar as guerras tinha para o Mestre duas razões básicas: a primeira e mais importante era a estratégia salvacionista da frágil economia do seu reino, visto que, através das guerras ampliariam-se as imaginárias fronteiras político-econômicas do seu reinado, conquistando mares, céus, terras conhecidos e/ou desconhecidos; a segunda, era honrar aquele título de Mestre soldado guerreiro da Ordem de Cristo, a Ordem Militar de Avis.

Tinha adquirido alguns conhecimentos rudimentares de cosmogonia, astronomia e cosmologia, o que lhe deixava sempre a rogar que

*(...) ainda é de saber que estas sete planetas cada um está em seu céu: ca em os sete céus em que estão, sob a oitava esfera, que em cada um está seu planeta, e estes céus hão os seus movimentos tam desvairados, que cada um anda de sua guisa, ca o céu em que está a Lua faz o seu movimento tam breve, que faz o seu tórno em 29 dias e 12 horas; e o Sol que está em ametade de todas as planetas, faz o seu tórno já a tam passo, que não acaba seão em um ano; e Saturno, que é a mais alta planeta, de todo faz a seu tórno a tam passo que, segundo os astrólogos dizem, não se acaba menos de 30 anos.<sup>59</sup>*

Com esses conhecimentos, foi o pioneiro do expansionismo marítimo e comercial português no oceano Atlântico, uma vez que os demais mares europeus, inclusive o mar Mediterrâneo, já não eram mais nenhuma novidade

<sup>56</sup> Azevedo, 1988, p. 47.

<sup>57</sup> Idem, ibidem.

<sup>58</sup> Idem, p. 48

<sup>59</sup> D. João I, Apud Silva, 1921, p. 100.

para neles se navegar. E parte para essa aventura sem grandes recursos técnicos de cartografia náutica, apenas com aqueles rudimentos de cosmogonia acima citados. Assim, esses feitos serviram de ponta de lança para a ascensão dessa nascente burguesia comercial que se opunha radicalmente àquela conservadora monarquia agrária, pois essa mantinha fortes laços familiares e de interesses fundiários com a castelhana.

Um outro personagem importante nas vitórias de Lamego e Aljubarrota foi o estrategista Nunálvares Pereira, duzentos anos depois exaltado por Camões como um

(...) *fortissimo lião*  
*Que cercado se ve dos caualleiros*  
*Que os campos vão correr de Tutuão,*  
*Perseguem no com as lanças & elle iroso*  
*Tornado hü pouco está, mas não medroso”.*  
 (Os Lvsiadadas, Canto Quarto, 1985 [1572], f. 67v.)

Por sua coragem, heroísmo e espírito de nacionalismo, na luta pela independência de seu reino contra o julgo espanhol, recebeu como dote pelos serviços prestados à *causa portuguesa*, três condados a saber: “o de Ourem, e o de Barcelos, e o de Arraiolos; e teve a seu mandar dezoitos lugares do reino ...”<sup>60</sup> representando quase a metade do território português e com isto, muitos reguengos<sup>61</sup> e outras rendas de lugares chãos, que sobejos seriam nomear. Pero, com toda esta honra e acrescentamento, nom lemos que suas cartas se chamasse Dom, posto que el-rei e muitos chamassem, como era aguisado<sup>62</sup>. E Nunálveres em louvor a este reconhecimento e à paixão pela filha do rei com quem viera em seguida se casar, com essa cantiga assim ninou:

(...) *Meu senhor e meu cunhado,*  
*depois que vim de Lamego,*  
*fui descansado,*  
*porque deis o meu cuidado*

<sup>60</sup> Fernão Lopes, s/d, p 158.

<sup>61</sup> LELLO UNIVERSAL. p. 854. Verbete Reguengo: relativo a rei, realengo: terras reguengas. Terra pertencente ao patrimônio real. Direito que recaindo em certas terras pertenciam à coroa.

<sup>62</sup> MORAIS SILVA, António de. Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa. Verbete aguisado. *Justo, honesto, conveniente, razoável, prudente. Advérbio: de propósito. S. m. O que convém fazer-se. Faculdade, permissão, possibilidade.*

*desengano d'assocego  
E sabeis em que maneira?  
Não me dá já que me dem,  
qu'à derradeira,  
quem não tem pés de oliveira  
não cuide que nada tem.*

*Lá logrei vossos serões,  
Vossas damas e privanças  
Cos cortesões;  
Mas bom par de bois nas mãos  
Vale seis pares de esperanças.  
Também sei que o sabeis,  
com outras cousas sabendo,  
já m'entendeis;  
na resposta não canseis,  
ca também já vos entendo.  
(...)  
E vós lá galantear,  
e eu com foice e podão,  
vós damejar<sup>63</sup>  
eu, enxertos enxertar:  
quem terá menos paixão?  
Vós na corte cortêsão,  
eu com meu fogo e meu lar,  
vós, loução,  
e eu com açor<sup>64</sup> na mão:  
qual é mais certo fulgar?<sup>65</sup>*

O Mestre de Avis por muito tempo continuou sendo exaltado por todos os feitos e efeitos da sua tradição e vocação natural de cristão militar e patriota. Legados esses deixados por Deus que o fez militante, dirigente e protetor da Ordem Militar dos Cavaleiros de Cristo. Sem essa força divina, se sentiria impotente para levar Portugal expandir as suas fronteiras a lugares até então desconhecidos. Sem essa força, cria não ter podido também transformar um condado numa nascente nação de abundante riqueza e luxo. Fora criado no meio de uma fidalguia comercial que lhe apoiava, não lhe importando que com isso estivesse sacrificando as classes subalternas do seu país com pagamentos de impostos exacerbados. Mais importante do que isso era garantir a aliança com essa fidalguia para, a qualquer custo social, tentar minar o poder de uma

<sup>63</sup> Cortejar, galantear, namorar: Garcia de Resende, 1994, pp. 226 – 22.

<sup>64</sup> Ave de rapina, diurna, semelhante ao gavião e menor que a águia..

<sup>65</sup> Brilhar.

aristocracia rural de ranço medieval que sempre lhe tirou os seus bons momentos de sono e de oração. E por esses e muitos outros feitos e efeitos do seu caráter, continuou sendo, até os tempos atuais, exaltado por mais um varão previdente lusitano com as seguintes palavras:

*(...) O homem e a hora são um só  
Quando Deus faz e a história é feita.  
O mais é carne, cujo pó  
A terra espreita.*

*Mestre, sem saber, do Templo  
Que Portugal foi feito ser,  
Que houvesse a glória e deste exemplo  
De o defender (observa).*

*Teu nome, eleito em sua fama,*

*É, na ara da nossa alma interna,  
A que repele, eterna chama,  
A sombra eterna,<sup>66</sup>*

### **5.1.1 Portugal, 1385, um outro espelho fátuo: a ascensão da nova fidalguia comercial-guerreira ao poder.**

Pelo o que foi visto nos itens anteriores, a subida de D. João I ao poder marca não uma ruptura, mas a rearrumação para uma nova fase da história portuguesa. Por exemplo, no campo da organização da pequena produção agrícola voltada para o abastecimento doméstico, a documentação consultada — e neste caso não entre o lado imaginário — não apresentou nenhuma inovação. O Mestre de Avis e seus descendentes nada mais fizeram do que tornar permanente a cobrança do tributo temporário sobre compras e vendas de bens de raiz — instituídos nos governos anteriores — e destinados às urgências do Estado e gastos de guerra.

Além de vencer a luta contra Castela e romper com a então hegemônica aristocracia rural no poder, marcante também é o fato de ser o

<sup>66</sup> Fernando Pessoa, 1998, p. 29.



primeiro rei português a se lançar à aventura de invadir o Oceano Atlântico numa época em que ainda acreditava-se na mitologia bíblica medieval, de que o mundo não era redondo e de que nesse Oceano existiam monstros marinhos que engoliam as embarcações. As figuras que vêm a seguir são representações visuais do mundo, segundo o mito bíblico. A da esquerda visualiza um hipotético grupo de missionários irlandeses da baixa Idade Média, que enfrentando as dificuldades dos mares congelados procuravam expandir o cristianismo. A da direita é do século XVI, cujos traços diferem da primeira e das do século XVII.

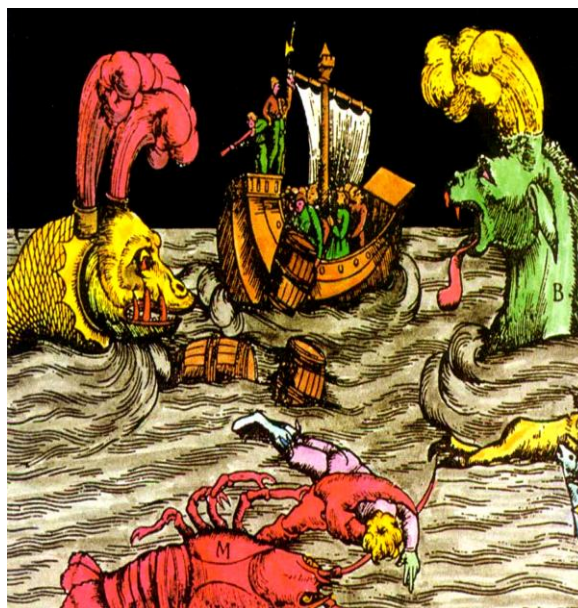


**Figura 78. Pilger Von Christus<sup>67</sup>**

O padre Fernão Cardim, já no final do século XVI, vai descrever esses

*monstros* segundo o imaginário dos índios brasileiros assim dizendo:

*(...) Estes homens marinhos se chamão na língua Igpupiára; têm-se os naturaes tão grande medo que só de cuidarem nelle morrem muitos, e*



**Figura 79. Dragões Marinhos<sup>68</sup>**

<sup>67</sup> Figura 78. *Pilger von Christus*. Cf. Mönch Brendam. "Die Reise". Universitätsbibliothek Heidelberg: Deutschland [s/d]. Cod. Pal. Germ. 60, f.179v.(c. séculos V-VI d.C. Foto de Geraldo Moreira Prado, julho de 1996.) Máquina fotográfica digital EPSON, 300 dpi. "Irische Missionare, die in einem Schiff navigieren, die von einem See Monster von den Meeren getragen werden, die gefriert werden, Christentum auszudehnen". (Missionários irlandeses navegando em uma nave carregado por um monstro marinho, pelos mares congelados para expandir o cristianismo. Tradução livre de Geraldo M. Prado e Tine Lykke Prado, para esta tese.)

<sup>68</sup> Figuras 79. Dragões marinhos. Gravura do século XVI. In: Adauto Novaes, 1998, anexo,

nenhum que vê escapa; alguns morrerão já, e perguntando-lhes a causa, dizem que tinham visto este monstro; parecem-se com homens de boa estrutura, mas têm os olhos muito encovados. As fêmeas parecem mulheres, têm cabelos compridos, e são formosas; achão-se estes monstros nas barras dos rios doces. Em Jagoarigbe sete ou oitoléguas da Bahia se têm achado muitos; em um anno, de oitenta e dois indo um Índio pescar, foi perseguido de hum, e acolhendo-se em sua jangada o contou ao senhor; o senhor para animar o Índio quis ver o monstro, e estando descuidado por huma mão fora da canoa, pegou d'elle, e o levou sem mais a aparecer, e no mesmo anno morreu outro Índio de Francisco Lourenço Caieiro. Em Porto Seguro se vêem alguns, e já têm morto alguns Índios O medo que têm em matar he: abração-se com a pessoa tão fortemente beijando-a, e apertando-a, consigo, que a deixão feita toda em pedaços, ficando inteira e como sentem a sentem morta dão alguns gemidos como de sentimento, e largando-a fogem; e se levão alguns comem-lhes somente os olhos, narizes e pontas dos dedos dos pés e mão, e as genitálias, e assi os achão de ordinário pelas prais com estas cousas menos.<sup>69</sup>

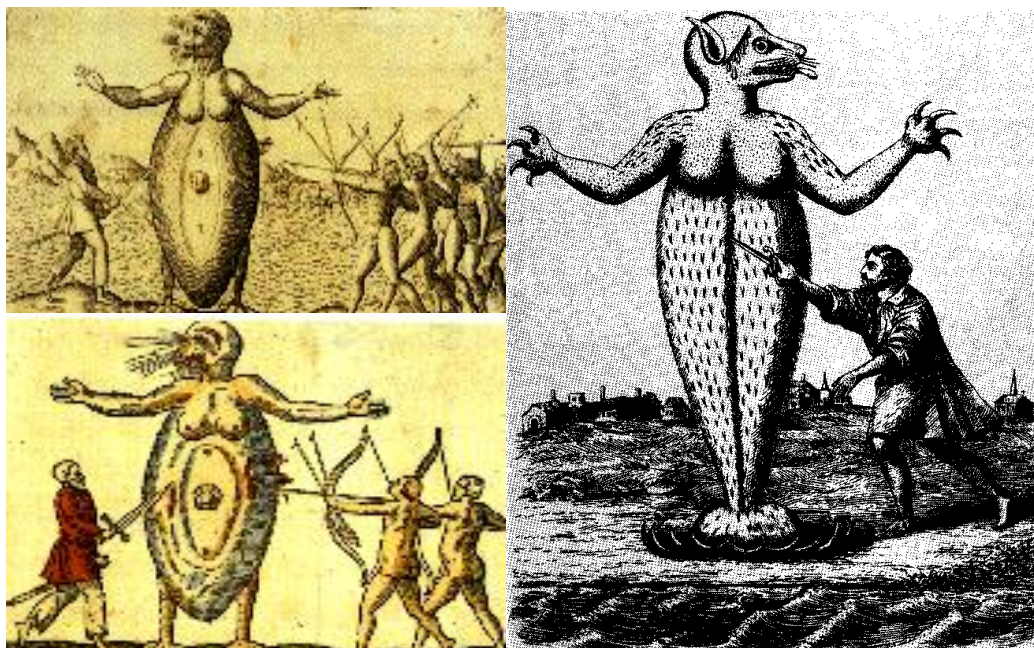


Figura 80. Representações do Hipupiara<sup>70</sup>

<sup>69</sup> Cardim, 1980, p. 50.

<sup>70</sup> Figura 80. Representações do Hipupiara. A primeira figura acima à esquerda é de Mathäus Franck. *New Zeyting von Einem Setzemen Meerwunder...* Augburg, 1565. Xilogravura colorida, 27,3 X 28,9 cm. Zentralbibliothek Zürich, Zurique, Suíça. A segunda abaixo à esquerda, é de Nicolo Nelli (sculp). *Nel Bresil di San Vincenzo nella Cita de Santes Apresso la Casa di Giorgio Fernando.* (No Brasil de São Vicente na Cidade de Santos Próximo à Casa de Georgio Fernando...) Veneza, 1565. Gravura, 17,3 X 25,1 cm. Zentralbibliothek Zürich, Zurique, Suíça. A terceira, à esquerda em preto e branco trata-se da lenda de Baltasar Ferreira, filho do capitão-mor

De certa forma, o que Cardim procura mostrar em sua narrativa, é o mesmo que foi narrado por um seu contemporâneo Pero de Magalhães Gandavo, em seu livro *História da Província de Santa Cruz*. Ambos objetivavam comprovar que a existência de monstros como aqueles que *atordoavam* o imaginário medieval europeu era universal. Acreditavam — da mesma maneira quase todos os demais europeus que aqui viveram nos séculos XVI ao XVIII — que as histórias por eles narradas e baseadas nas dos habitantes nativos eram verdadeiras, pois, segundo esses testemunhavam a existência desses monstros que provocavam medo e morte às pessoas, mito esse que permaneceu no Brasil até o final do século XVII, segundo mostra a figura a seguir. E tais histórias, os europeus transformaram-nas, em parte, nas ilustrações das suas narrativas como fizeram ambos os autores citados e conforme foram mostrados nas figuras aqui apresentadas.

Quanto às outras duas representações feitas por autores estrangeiros e que aparecem



**Figura 81 Nativo golpeando um monstro<sup>71</sup>**

na mesma figura acima e ao lado da supostamente feita por Cardim, diz Moraes Belluzzo, que

*(...) é possível que as duas gravuras tenham sido baseadas em gravura portuguesa que acompanha a história do monstro Ipupiara, contada por Pero de Magalhães Gandavo, da qual só conhecemos a publicação que aparece depois, em 1576 no livro História da Prouincia Sãcta Cruz a que Vugarmente Chamamos Brasil, editado em Lisboa, na oficina de Antonio Goncalves.<sup>72</sup>*

---

de São Vicente, atacando a Hipupiara. Gravura da “História da Província de Santa Cruz”, de Pero Magalhães Gandavo (1575). In: História do Brasil, de frei Vicente do Salvador, 1982, entre as pp. 156-157.

<sup>71</sup> Figura 81. Nativo golpeando um monstro, século XVII. In: Adonias, 1994, p. 64.

<sup>72</sup> Moraes Belluzzo, op. cit. p. 41.

No entanto, afirmam alguns historiadores dos descobrimentos marítimos, que Colombo, por exemplo, reclamava que jamais encontrou um desses dragões durante as suas expedições marítimas. Também Zurara, não se refere em momento algum das suas crônicas que aqueles varões previdentes ao enfrentarem os mares desconhecidos tenham lutado com alguns

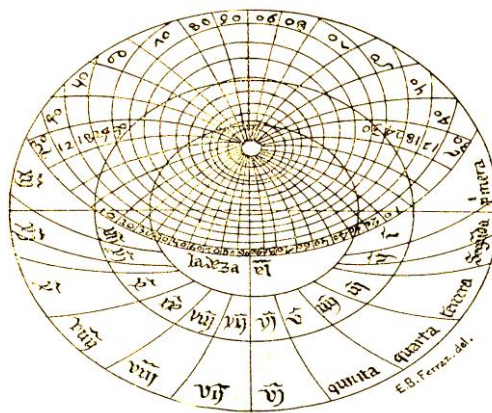


Figura 82. Astrolábio do Infante<sup>73</sup>

desses dragões. Tanto na *Chronicas da tomada de Ceuta*, quanto nas da Guiné, Zurara não dá qualquer importância a existências desses monstros, talvez por acreditar que dado à relação da crença em Deus e ao uso de instrumentos mais sofisticados, tal como o astrolábio usado pelo o Infante D. Henrique em suas viagens e conhecimento dos mares, não o permitisse. Zurara se preocupa e procura demonstrar, é com a complexidade do traçado dos astrolábios usados pelo referido Infante. A descrição que Zurara faz tanto do astrolábio do Infante, à esquerda, e do seu, abaixo à direita, serve de indicador para se conhecer o nível de progresso técnico em que se encontrava a arte de navegar da sua época. Sobre o uso deste instrumento, diz Zurara:

*“(...) quando numa pequena tardança pôs o sol em começar seu diurnal trabalho, ca era isto uma Quarta-feira, 21 dias do mês de Agosto, a qual aquela imperial planeta entrava em seis graus do signo que se chama de Virgo, e em aquela hora que Ganimades<sup>74</sup> começou de romper a primeira teia do oriental crepusculo.<sup>75</sup>”*

Dantas (idem, ibidem), ao analisar a parte cartográfica da obra de Zurara, diz que esse usava o astrolábio com a primeira teia do crepúsculo oriental (matinal) como uma medida abreviada de apresentar a primeira malha. Esta forma

<sup>73</sup> Figura 82. Astrolábio do Infante. In Malheiro Dias, 1921, p 38

<sup>74</sup> HOLANDA FERREIRA, op. cit. verbete Ganimades. Na mitologia grega diz que foi um príncipe troiano e que Zeus, Deus supremo dos gregos e também o Deus dos Raios, transformou-se em uma águia, arrebatou um príncipe troiano e o transformou no copeiro dos deuses. A partir de 1610, assim passou a ser chamado por Galileu ao descobrir o terceiro satélite de Júpiter.

<sup>75</sup> *Chronica da tomada de Ceuta*, cap. 68. Apud Dantas, 1921, p. 38.

uma teia chamada almocântara, formada por um círculo menor da esfera celeste, paralelo ao horizonte, ou círculo de altura da malha inferior onde começa o

crepúsculo matutino. Descreve o Ganamides, que é o signo do Aquário entre a teia e o signo de Virgo (Virgem), onde foi colocado o sol, mediando 6 signos no sentido Oriente-Occidente: Virgo, Leo, Cancer, Gemini, Taurus, Aries, Pisces e Aquarius. O sol subia na linha crepuscular quando o signo de Aquário descia, já no seu ocaso, e ia, em parte, abaixo do horizonte

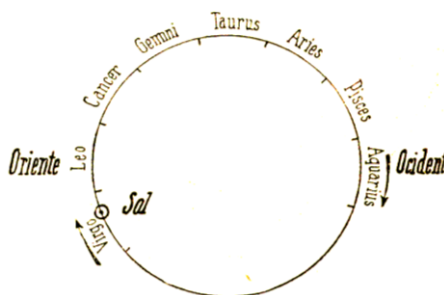


Figura 83. Astrolábio de Zurara<sup>76</sup>

romper a mesma linha. E D. João I também conhecedor desses rudimentos de saberes de astronomia e de astrologia, desafia o mito dos perigos que há no mar, viajando rumo à África, levando na tripulação os seus três filhos varões, dois deles exaltados por Camões:

*(...) Olha ca dous Infantes Pedro & Henrique;  
Progenie generosa de Ione,  
Aquele faz que fama ilustre fique  
Delle em Germania, com que a morte engane:  
Este, que ella nos mares o ubrique,  
Por seu descobrido, & desengane  
De Ceita a Maura tumida<sup>77</sup> vaidade,  
Primeiro entrando as portas da cidade.*

*Ves o Conde Dom Pedro que sustenta  
Dous cerco contra toda a Barbaria,  
Vês outro Conde està que representa  
Em terra Marte, em forças & ousadia,  
De poder defender se nam contenta  
Alçaçere da ingente companhia:  
Mas do seu Rei defende a cara vida,  
Pondo por muro a sua, ali perdida.<sup>78</sup>*

Já D. Duarte, com 21 anos de idade em palavras de Pessoa assim o apresenta:

*(...) Meu dever fez-me, como Deus no mundo.  
A regra de ser Rei almou meu ser.*

<sup>76</sup> Figura 83. Astrolábio das Crônicas de Zurara. In: Malheiro Dias, Op. cit. p. 38.

<sup>77</sup> Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. Op. cit. Verbete: túmido. *Intumescente. Saliente, proeminente. Grosso, dilatado. Sentido figurado: cheio de si; vaidoso, arrogante, orgulhoso.*

<sup>78</sup> Os Lusíadas, Canto Octavo, 1985 [1572], f. 134.

*Em dia e letra escrupuloso e fundo.*

*Firme em minha tristeza, tal vivi.  
Cumprir contra o Destino o meu dever.  
Inultimente? Não, porque o cumpri.<sup>79</sup>*

E ainda *“tinha na sua virtude o quer que é enfermizo e feminino, mostrava aquela virtuosa abnegação e a passividade que o matou”*.<sup>80</sup> Já D. Pedro, com 20 anos já era

*(...) Claro em pensar, e claro no sentir,  
E claro no querer;  
Indiferente ao que há em conseguir  
Que seja só obter;  
Dúplice dono, sem me dividir,  
De dever e de ser.<sup>81</sup>*

o regente de Portugal após a morte do seu irmão rei. Tinha uma personalidade que *“(...) acusava a inteireza do pensamento e as suas inclinações de filósofo, procurando, desejando sempre subordinar, os seus atos e regras, e indagando as causas morais e matérias das coisas”*.<sup>82</sup> Quanto ao Infante D. Henrique que fez a sua primeira aventura marítima com 18 anos de idade e talvez tenha sido aí a sua decisão pelo mar, exalta Fernando Pessoa:

*(...) Em seu trono entre brilho das esferas,  
com seu manto de noite e solidão,  
tem aos pés o mar novo e as mortas eras –  
o único imperador que tem, deveras,  
o globo mundo em sua mão.<sup>83</sup>*

D. Henrique jamais pensou em se casar porque considerava que a castidade era a medida perfeita para não se cometer pecados, tendo em vida honrado a castidade para poder assim morrer virgem e livre dos desejos carnis. Mesmo assim não escapou da acusação de ter tido um filho, o que foi veementemente negado pelo seu *leal cronista* Zurara, ao dizer que *“isto não é*

<sup>79</sup> Fernando Pessoa, idem, p. 33.

<sup>80</sup> Oliveira Martins, Op. Cit p. 35.

<sup>81</sup> Fernando Pessoa, idem, p. 35.

<sup>82</sup> Oliveira Martins, Op. cit. p. 35.

<sup>83</sup> Fernando Pessoa, idem. p. 45

*verdadeiro porque sempre foi casto e morreu virgem*".<sup>84</sup> Vivendo dedicado a Deus, livre e salvo estava para poder continuar sempre jovem e valente, pois a sua volúpia era a de conquistar novas terras, transformar a Ilha da Madeira no maior pólo açucareiro da sua época, construir em Sagres o maior e mais moderno complexo naval do seu país e "*ser por muito tempo governador e protetor da Universidade portuguesa*".<sup>85</sup> Oliveira Martins supunha ainda que o Infante não tinha muita afinidade com a leitura científica, mas sim, com os textos canônicos. Ainda sobre a personalidade do Infante é o seu leal cronista quem mais uma vez exalta:

*(...) a sua presença, de primeiro esguardo (a primeira vista) aos nom usados, era temerosa; arrevatado em sanha (cheio de ira, cólera), empero (embora) poucas vezes, com a qual avia mui esquivo semblante. Fortaleza de coração e agudeza d'engenho foram em ele mui excelente grao. Sem comparação foi cobiçoso d'acabar grandes e altos feitos. Luxuria nem avareza nunca em seu peito ouverom repouso, porque assí foi temperado no primeiro auto (no que se refere à luxúria), que toda sua vida passou em limpa castidade, e assí que virgem recebeu a terra. (...) E que posso dizer de sua grandeza, senom que foi extrema entre tôdolos príncipes do mundo? Este foi o príncipe sem coroa, segundo meu cuidado, que mais e melhor gente teve de sua criação. Sua casa foi uû geeral acolhimento de tôdolos boons do reino e muito mais dos estrangeiros, cuja grande fama fazia acrescentar muito em suas despesas; ca comunalmente (por via de regra) se achavam em sua presença desvairadas nações (espécies, qualidades) de gentes tam afastadas de nosso uso, que cási (quase) todos os aviam por maravilha; d'ante o qual nenhuû soube partir sem proveitosa benfeitoria. (...) Cáse ameatade do ano passava com jejuûs, e as mãos dos pobres nunca partiam vazias d'ante a sua presença. (...) Seu coração nunca soube que era medo senom de pecar; e porque das vertuosas obras e honestos costumes nascem os grandes e altos feitos, em este seguinte capítulo apanharei (coligirei) tôdalas causas notáveis que fez por serviço de Deus e honra do reino.*<sup>86</sup>

E diante de tanta brandura, viria a ser, de fato, o verdadeiro sucessor do seu pai na vocação da navegação e da conquista de outras terras, e o seu ego sublimava à *proporção* que o seu reino ia se *ampliando*. Para Oliveira Martins, o infante era um varão previdente

*(...) menos escrupuloso do que o herdeiro da Coroa, cuja virtude tinha o sequer que fosse doentio, ou sequer fraco, e menos íntegro do que seu*

<sup>84</sup> Zurara, 1691, pp. 35-40.

<sup>85</sup> Carvalho, [1983], p. 155.

<sup>86</sup> Zurara, 1691, pp. 35-40.

*antecessor, mostrava a força de um homem de ação, obedecendo cegamente o impulso que não contraria, ainda quando a razão e a consciência lhe murmurem que pode errar. Dos três, o mais humano era incontestavelmente D. Pedro. D. Henrique, votando-se a castidade, por obediência aos planos que lhe enchiam o cérebro, sonhando cavalarias magníficas e empresas estupendas, de um gênero inteiramente novo, denunciava um temperamento de herói, com a secura, com a dureza, com a desumanidade que as idéias fixas, condições de heroísmo impõem aos homens.<sup>87</sup>*

Aquela sua viagem com o seu pai e irmãos marca a primeira grande vitória do nascente Império português de conquistas e navegações, vencendo os mouros em 25 de julho de 1415, na cidade de Ceuta. Foi uma luta violenta, segundo a narrativa de Zurara que atribuiu a violência ao comportamento dos vencidos, pois esses são reles gentes sem fé nem respeito pelas coisas superiores. E quanto a resistência dos mouros na defesa do seu território e bens, narra Zurara que

*(...) não enguardando (sobrando) alguma coisa, fizeram tamanho dano em muitas coisas de grande valia, cuja cobiça lhes ao depois trazia grandes arrependimento, porque muitos que se acertaram primeiramente naquelas lojas da Rua Direita, assim como entravam pelas portas, sem nenhuma temperança nem resguardo, davam com suas fachas<sup>88</sup> nos sacos das especiarias e esfarrapavam-nos todos, de guisa que tudo laçavam pelo chão<sup>89</sup>*

Foram 27 dias de luta, pelo calendário juliano<sup>90</sup> e, em 21 de agosto do mesmo ano, a esquadra portuguesa vence a batalha. A pacificação dos vencidos foi bastante difícil, visto que

*(...) em três dias que el-rei ali esteve, nunca as ruas eram desacompanhadas daquela gente de pouco valor, entanto que não*

<sup>87</sup> Oliveira Martins, Op. Cit p.37

<sup>88</sup> Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbetes facha: remete ao verbo acha e diz que é de origem germânica “hapja” e passou para o francês “hache” e no português “facha” ou “acha”: arma antiga, com o feito de machado; acha-d'armas.

<sup>89</sup> . Zurara, Op. Cit. pp. 128-129

<sup>90</sup> Idem. Verbetes: calendário. O calendário juliano é resultante da reforma do calendário romano elaborado por Júlio César (102?-44 a.C.) e introduzido no ano de 45 a.C., no qual em cada quatro anos há um ano bissexto, de 366 dias. Antes deste, o calendário que era utilizado na antiga Roma, obedecia a regras fixas, tendo 10 meses de 20 ou de 55 dias, variando de acordo com os trabalhos da agricultura e as idéias políticas e religiosas dominantes. O calendário juliano foi reformado entre 1572 a 1585 por Gregório XIII (1502-1585) quando era papa em Roma, deixando com a seguinte redação: *em cada quatro anos há um ano bissexto, com exceção dos anos seculares (na linguagem eclesiástica significa profano, leigo, temporal mostrando a oposição entre a vida civil e a daqueles que pertencem a uma ordem religiosa), em que o número formado pelos algarismos das centenas e dos milhares não é divisível por 4.*



*podiam os homens passar livremente que não fossem empachados (obstruídos) daquela multidão. Bocetas<sup>91</sup> de conservas e jarras de mel e manteiga e arrobe<sup>92</sup> e azeite eram ali tantas destruídas que não faziam menos enxurro<sup>93</sup> pela rua que se fossem alguns canos de água quando chove, a qual perda era muito chorada de algum daqueles de vil geração, porque os bons não punham seu cuidado em semelhante coisa.<sup>94</sup>*

Essa batalha ficou registrada nas fontes testemunhos como o marco definitivo do início da conquista dos mares, da modernização cartográfica e demais instrumentos de marear<sup>95</sup> portugueses, enfim, dos descobrimentos marítimos desse país que se estenderam até a primeira metade do século XVI. Além desses feitos, o Mestre de Avis foi pressionado também a fazer uma espécie de reforma do Estado, dando título de nobreza a “*muitos das classes inferiores em remuneração de serviços e os elevou a cavaleiros e investiu em postos e honras com que ingressava na fidalguia.*”<sup>96</sup> Como exemplo, tem-se o título dado em carta de doação, de 7 de janeiro de 1424,

*(...) a johan afonso em nosso seruiço ganhou honrra de caualaria que elle e todos seus herdeiros aiam o possa, auer liure e seguramente os beens que agora teem e todos os outros que sucesam a herança a elle pertencerem nos sus dictos lugares em quãães quer outros os nssos (corroído) nom embargando quãães quer lex (no original escrito com tinta diferente) o hordenções que em contrario desto seiam fectas...(Cf. Marques, 1942, p. 102 v. suplemento)<sup>97</sup>*

<sup>91</sup> HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbete: boceta. *Caixinha redonda, oval ou oblonga, caixa de rapé.*

<sup>92</sup> Idem. Verbete: arrobe. Xarope ou compota de várias frutas, vinho de mosto apurado ao fogo.

<sup>93</sup> Idem. Verbete enxurro. Enxurrada, ralé: a camada mais baixa da sociedade. [o refugo social, escória social, escorralhas, escorralho, espuma, escumalha, fezes, lixo, gentalha, gentaça, gatinha, gentuça, patuléia, plebe, populaça, populacho, povão, povaréu, poviléu, povoléu, povo, sarandalhas, sarandalhos, vulgacho, vulgo, zé, zé-povo, zé-povinho e (bras.) bagaceira, bagagem, frasqueiro, gambá, gentama, plévia, poeira, rabacuada, rafaméia, mundiça.]

<sup>94</sup> Zurara, idem, ibidem)

<sup>95</sup> Esses instrumentos, tais como astrolábio, bússula, carta de marear etc, eram construídos a partir dos princípios expostos por Cláudio Ptolomeu.

<sup>96</sup> J. L. de Azevedo, 1988, p. 58.

<sup>97</sup> João Afonso, em nosso serviço ganhou honra de cavalaria que ele e todos seus herdeiros tenham ou possam ter livre e seguro os bens que agora têm, e todos os outros sucederem a herança a ele pertencerem nos seus ditos lugares, em quaisquer outros os nossos (corroído) não embargando quaisquer leis (nota do organizador: nas entrelinhas do manuscrito está escrito com tinta diferente) e ordenações que ao contrário desta sejam feitas”. (Leitura paleográfica feita por Geraldo M. Prado para este texto)

E assim se abriam as *portas do Atlântico* à nação portuguesa para que esta pudesse superar as crises econômicas e ampliar as fronteiras do seu território geopolítico. Essa ampliação se deu através da exploração marítima do comércio, da guerra e da colonização de outras áreas além das suas fronteiras originais. Mas para fazer isso, precisava-se investir em tecnologias mais modernas para melhorar as suas frotas de navios. Da mesma forma se deveria investir também na cartografia e demais artes de marear, que até então continuavam sendo monopólio dos genoveses, seguido pela Espanha e também pela Holanda.

Esses acontecimentos estão registrados nas fontes testemunhos. Eles retêm as idéias e idealizam a história com sendo os “*actos dignos e heróicos*”...<sup>98</sup> praticados por príncipes e nobres como por exemplo, os de D. Henrique, e não os de “*vil geração*”.<sup>99</sup> E por falar deste infante, ele ao voltar da guerra em Ceuta, ele escolheu para morar a vila de Sagres no sul de Portugal. A partir daí, “*com tenção de chegar ao fim dos seus pensamentos que era descobrir, destas partes ocidentais, a navegação para a Índia oriental*”<sup>100</sup>, pois

*(...) Nunca os nossos antigos antecessores, nem outros mais antigos, de outras estranhas gerações, puderam crer que podia vir tempos que o nosso Ocidente fora do Oriente conhecido e da Índia, pelo modo que agora é, porque os escritores que daquelas partes falaram, escreveram delas também fábulas, por onde a todos pareceu impossível que os indianos mares e terras do nosso Ocidente se pudessem navegar.*<sup>101</sup>

Além das leituras canônicas, dizem alguns historiadores e cronistas que o Infante se dedicava por algum tempo à leitura dos livros de geografia, menos os de Cláudio Ptolomeu, pois esse

*(...) escreve, na pintura de suas antigas tábuas de Cosmografia, o mar Índico ser assim como uma lagoa, apartado por muito espaço do nosso mar Oceano ocidental, que pela Etiópia meridional passa; e que entre estes dois mares ia uma ourela (orla) de terra, por impedimento da qual, para dentro, para aquele golfo Índico, por nenhum modo nenhuma nau podia passar. Outros disseram que este caminho era de tamanha quantidade que, por sua lonjura, se não podia navegar, e por nele havia muitas sereias e outros grandes peixes e animais nocivos, pelo qual esta navegação se não podia fazer.*<sup>102</sup>

<sup>98</sup> Zurara, Apud Tarracha Ferreira, [1993], p 492.

<sup>99</sup> Idem, ibidem.

<sup>100</sup> Góis, Op. Cit. p. 14

<sup>101</sup> Pacheco Pereira, Apud Tarracha Ferreira, [1993], p. 456.

<sup>102</sup> Idem, ibidem.

E essa história narrada por Pacheco Pereira, de que na Geografia de Cláudio Ptolomeu o oceano Índico era uma mancha representando uma lagoa, também encontra-se nas crônicas de outros autores da época. Este parece ter sido um dos motivos de o Infante navegador não se dedicar à leitura dessa obra, mas sim as dos antigos e

*“verdadeiros autores em que continuamente estudava, crendo o que escreviam como causas escritas por homens, e assim as cria, e duvidava, como se deve fazer a todas as que dos homens e dos seus juízos procedem, nos quais, com a certeza, está sempre junta a dúvida...”*<sup>103</sup>

Nem nas obras dos cronistas portugueses já citadas, nem no resto da documentação consultada, foi possível identificar por parte dos monarcas portugueses, do Mestre de Avis a D. Manuel, algum dado sobre promoção e melhoramento do saber agrário referente à pequena produção agrícola no território português aquém-mar. Há verbetes sobre agricultura dos dicionários da História de Portugal, mas esse falam mais do período mais recente. É Oliveira Marques quem vai fornecer alguns dados sobre este aspecto no respectivo período, ao dizer que

*(...) Além dos detritos orgânicos, a agricultura romana e muçulmana conheceu outros processos de adubação, que quase todos passaram para a Idade Média. Assim, se deu por exemplo com o emprego das cinzas, freqüentíssimo em Portugal aquando das arroteias (cultivos) que se seguiram à Reconquista cristã. Não obstante, as desvantagens de tal sistema – destruição da camada vegetativa e intensificação da erosão — revelaram-se muito superiores às suas vantagens como fertilizantes do solo. Se bem que os agrônomos romanos conhecessem e houvessem teorizado o emprego da leguminosa – tremoço<sup>104</sup>, fava, ervilhaca — para azotar o solo e assim fertilizar e restaurar com relativa rapidez, nunca o processo parece ter sido utilizado pelos lavradores. Na Idade Média desconhecem-se quaisquer traços dessa técnica, que só veio a triunfar como conquistas dos tempos modernos. A passagem por mais de quatro séculos do domínio romano na Lusitânia ao Sul do Tejo, que há-de integrar-se no território do futuro Portugal, alastrou a derrubada da floresta para o trigo e para o gado manadio, complicou e alargou deveras o âmbito geográfico do trabalho, sorveu boa parte do fruto deste; e assim civilizou a gente e fê-la crescer em número; mas não alterou o seu feitio (...) nem a exploração mineira nem o debate extenso do arvoredo em torno dos cerros e dos montes do Alentejo e da orla do Tejo, para a cultura cerealífera e para o gado manadio (de manada), levaram para a gente da Lusitânia ao*

<sup>103</sup> Góis, op. cit. p. 15.

<sup>104</sup> Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbetes: tremoço. *Planta leguminosa, papilionácea, cujas vagens dão grãos (tremoços) que depois de curados são comestíveis.*

*Sul do Tejo nos séculos do domínio romano, não deixou de continuar, até as invasões que o esmagaram, e ao depois, a distância grande de povoado a povoado, imposta pela orografia do território: ...mas não se povoou a planície por casais dispersos ou conjuntos, ficou sempre a gente apenas pelos cimos dos montes.*<sup>105</sup>

Os caprichos desses monarcas, e com maior veemência o de D. Manuel, voltavam-se mais para a navegação, a expansão do comércio das conhecidas especiarias e para a *exploração* de novas terras. Era fundamental realizar esses compromissos, visto que D. Manuel os tinha em consideração como se fossem uma espécie de estatuto legado a todos os dirigentes de Portugal por aquela bula papal de Gregório IX. E assim, a expansão comercial a partir de “*1505 caminha para o sistema de monopólio assumido pela coroa, em que a pouco espaço se assentou*”<sup>106</sup> Mas esse *assentamento* só foi possível de se perpetuar, graças ao complexo de Sagres, após o Infante navegador assumir o controle administrativo da ilha e transformá-la no principal centro mundial da época, dos conhecimentos cartográficos e indústria-náuticos portugueses. E de Sagres se projeta Portugal para o resto do mundo, pois

*(...) descoberto tinhamos diante  
La no nouo Hemisferio noua estrela;  
Não vista deoutra gente, que ignorante,  
Algús tempos esteue incerta della:  
Vimos a parte menos rutilante:  
E por falta deStrela menos bella,  
Do polo fixo, onde inda se não sabe  
Que outra terra comece, ou o mar acabe.*<sup>107</sup>

<sup>105</sup> (Cf. Oliveira Marques, 1968, p. 91

<sup>106</sup> (Cf. Azevedo, op. Cit p 100).

<sup>107</sup> (Cf. Lvsiasdas, idem, f.81v.)

### 5.1.1.1 Da vila de Sagres à ideação do Infante conquistar terras desconhecidas



**Figuras 84 e 85. Planta da região de Sagres e do Cabo de S. Vicente e vista aérea da “correnteza” de Sagres<sup>108</sup>**

*(...) O capitão veio, leu o cartão, mirou o homem de alto a baixo, e fez pergunta que o rei se tinha esquecido de fazer, Sabes navegar, tens carta de navegação, ao que o homem respondeu, Aprenderei no mar. O capitão disse, Não to aconselharia, capitão sou eu, e não me atrevo com qualquer barco, Dá-me então um com que possa atrever-me eu, não, um desses não, dá-me antes um barco que eu respeite e que possa respeitar-me a mim, essa linguagem é de marinheiro, mas tu não és marinheiro, Se tenho a linguagem, é como se o fosse, O capitão tornou a ler o cartão do rei, depois perguntou, Poderás dizer-me para que queres o barco, Para ir à procura da ilha desconhecida, Já não há ilhas desconhecidas, O mesmo me disse o rei, O que ele sabe de ilhas, aprendeu comigo, é estranho que tu, sendo homem do mar, me diga isso, que já não há ilhas desconhecidas, homem da terra sou eu, e não ignoro que todas as ilhas, mesmo as conhecidas, são desconhecidas enquanto não desembarcarmos nelas...<sup>109</sup>*

As ilhas desconhecidas, continentes, mares e os céus também passaram a ser conhecidos, e o sucesso dessa parte da história cabe ao Infante D. Henrique, o navegador, quando em 1418, com vinte e quatro anos de idade voltava de Ceuta cheio de entusiasmo para avançar no seu ofício de navegador vitorioso. Descobre terras novas, não importa se conhecidas ou desconhecidas, ilhas, arquipélagos ou continentes. O que importava a Portugal era a donataria de cada palmo de terra descoberto ou por descobrir. Em algumas das suas crônicas, Zurara designa D.

<sup>108</sup> Figura 84. Planta da região de Sagres. Segunda metade do século XVI e Figura 85: Vista aérea da “correnteza” de sagres, após as obras recentes que a descaracterizaram. In: Garcia, op. cit. entre as pp. 40-41.

<sup>109</sup> Saramago, Conto da Ilha Desconhecida, 1998, pp. 26 – 27.

Henrique um ser superior a todos os seus contemporâneos, antecessores e/ ou sucessores, na arte de navegar e de adonar-se de outras terras para enriquecer o seu Portugal. E assim o é, porque

*(...) Deus quer, o homem sonha, a obra nasce,  
Deus quis que a terra fosse toda uma,  
Que o mar unisse, já não separasse.  
Sagrou-se, e foste desvendando a espuma,*

*E a orla branca foi de ilha em continente,  
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,  
E viu-se a terra inteira, de repente,  
Surgir, redonda, do azul profundo.*

*Quem se sagrou criou-te português.  
Do mar e nós em ti nos deu sinal.  
Cumriu-se o Mar, e o Império se desfez.  
Senhor, falta cumprir-se Portugal.<sup>110</sup>*

O Infante tinha superado as suas fragilidades físicas e mentais da infância e juventude, e passara a se apresentar como um homem caminhando para a maturidade, com porte

*(...) alto e corpulento, de largos e fortes membros, com a pele tostada pelos sóis e ventanias, os cabelos negros, espessos, rijos e empinados, um bigode farto, negro também e hirsuto (pêlos longos e duros), este infante não era belo; pelo contrário. Faltava-lhe na fisionomia o encanto da bondade, sem o qual não há formosura. A dureza do seu olhar era antipática. Descendia diretamente do pai, no qual se vira um exemplar acabado do temperamento enérgico e tenaz, sem poesia, que sabe aliar a violência à astúcia quando o propósito formado o reclama para atingir um fim: do puro temperamento português, ou beirão (da região da Beira, em Portugal), com traços de energia taurina. A vontade manda exclusivamente em homens destes, pouco dados à contemplação. Formado um plano, delineado uma vida, todas as energias animais são escravizadas, e o homem torna-se o instrumento do próprio desígnio. Talvez por se achar retratado nele, D. João I dava a este filho uma estima tão preferente.<sup>111</sup>*

O infante quando jovem era *argucioso* e esperançoso, e por sonho outra coisa não lhe passava pela cabeça, além de um dia vir a ser consagrado e/ou reconhecido como o grande personagem da história da expansão das fronteiras imaginárias do seu reino. Com isso tornar-se-ia um vencedor, por ter sido um homem que agia no concreto e não como político, pois, de forma análoga à citação a seguir, “*Suas aspirações políticas deviam naturalmente morrer em*

<sup>110</sup> (Cf. Fernando Pessoa, op. cit., p. 53)

<sup>111</sup> (Cf. Oliveira Martins, 1998, p. 73.

*germen, não só porque lhe minguava o apoio necessário para as arvorecer e fructificar e tinha em si a força indispensável a todo o homem que põe a mira acima do estado em que nasceu ...*<sup>112</sup> Em 1455, escrevia Luis de Cadamosto no próêmio do seu relato “*La Prima Navigazione*” que entre as viagens de muitas milhas e terras vistas, ilhas conhecidas e desconhecidas consideradas então como um outro mundo,

*(...) Deveis, pois, saber que o primeiro que, em nosso tempo, mandou navegar esta parte do mar Oceano para o meio dia das terras dos negros da baixa Etiopia, foi o illustre senhor Infante D. Henrique de Portugal. Que foi filho do Infante (sic) D. João de Portugal e dos algarves (sic) primeiro deste nome, o qual, ainda que se possa muito louvar pelos seus estudos nas ciências dos movimentos celestes e da astrologia, nada mais direi sobre ele. Direi somente que, dotado de grande coração e engenho sublimwe e elevado, se entregou à milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo em pelejar com os bárbaros e combater pela Fé; nunca quis tomar mulher, conservando a sua juventude em razão da grande castidade; e fez coisas notáveis em luta contra os mouros, quer com a própria pessoa, quer com a sua actividade, ambas dínas de grande memória. (Cf. Cadamosto, Apud Silva Marques, p. 165. Supl. Ao vol. I)*

E assim, pelos seus préstimo à gênese e/ou *transcendência* do Império colonial português iniciado com a dinastia do rei seu pai, D. Henrique se orgulhava em defendê-lo ideologicamente. Como estímulo à sua vocação e habilidade no campo da ciência náutica, adonara-se por carta datada e registrada aos *dezenove dias de Setembro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mjl e iiiJC Lx*,<sup>113</sup> a ilha de Sagres para construir nela um complexo portuário. A leitura da data acima feita por Garcia, dá o ano de 1480, o que não é verdadeiro, pois D. Henrique morreu em 1460. O que pode ter havido em 1480 foi a nova investida em Sagres feita por D. João II que já era rei nessa data e neste campo de atividade só perdeu mesmo para o seu sucessor-cunhado e arquirival D. Manuel. Mas de qualquer forma, o mérito do grande estimulador, de fato, da modernização tecnológica tanto da parte da *indústria náutica* propriamente dita, quanto da cartografia e demais instrumentos de marear, é do Infante D. Henrique.

A sua investida em Sagres foi muito superior a tudo o que existia antes nessa atividade. Superou de longe — e isto é natural dado o estágio em que se

<sup>112</sup> Machado de Assis, 1937, p.25.

<sup>113</sup> Garcia, 1994, p. 27.

encontrava a ciência e a tecnologia da sua época —, o tradicional complexo de Alexandria que foi uma espécie de empreendimento pioneiro na história náutica e cartográfica humanidade. Continuando comparando épocas diferentes, pode-se imaginar, hoje, que o complexo da Ilha de Sagres fora uma espécie de *precursor pré-renascentista* da NASA. Descreve Garcia<sup>114</sup> que Sagres desempenhou um papel estratégico para Portugal se transformar na principal potência mundial marítima nos séculos XV e XVI, competindo apenas com a Espanha. E esse sucesso se deve, especialmente, a habilidade e iniciativa empresarial do Infante que aí instalou o primeiro e mais moderno complexo portuário da história de Portugal e de toda a Europa da época. O seu objetivo era competir com os outros dois modernos e importantes complexos portuários e cartográficos das cidades de Cadiz, na Espanha e Lagos, no próprio reino português. Estas cidades detiveram por toda a segunda metade do século XIV e primeira do século XV a hegemonia de serem os principais pontos de partidas de várias expedições marítimas para o resto do mundo.

Assim, o advento do complexo portuário de Sagres, foi mesmo fruto dos empenhos do Infante navegador que “*era mui dado ao estudo das letras, principalmente da Astrologia e Cosmologia*”.<sup>115</sup> Desse modo, por quase um século Sagres passou a ser o principal centro de produção de uma vasta cartografia cuja concepção, baseava-se no conhecimento da Cosmologia e da Astronomia e estas tinham como base o conhecimento da Astrologia. E assim, moderniza-se a tecnologia, aumentam-se os horizontes do Infante e supera

*o mar a nós, teus medos  
Tinham coral e praias arvoredos.  
Desvendadas a noite e a cerração,  
As tormentas passadas e os mistérios,  
Abria em flor o Longe, e o sol sidério  
Splendia sobre as naus da iniciação.*

*Linha severa da longínqua costa —  
Quando a nau se aproxima ergue-se a encosta  
Em árvores onde o Longe nada tinha:  
Mais perto, abre-se a terra em sons e cores;*

<sup>114</sup> (1994, op. cit. pp 39 – 41),

<sup>115</sup> Góis Apud Tarracha Ferreira op. cit.



*E, no desembarcar, há aves, flores,  
Onde era só, de longe a abstracta linha.*

*O sonho é ver as formas invisíveis  
Da distância imprecisa, e, com sensíveis  
Movimentos da esperança e da vontade,  
Buscar na linha fria do horizonte  
A árvore, a praia, a flor, a ave, a fonte –  
Os beijos merecidos da Verdade.<sup>116</sup>*

E esta *Verdade* para Portugal era cada vez mais se lançar ao mar e às conquistas de novas terras, mesmo se valendo da guerra e

*(...) porquanto sendo as caravelas de Portugal os melhores navios de vela que andam pelo mar, e bem provido de tudo o que precisavam, pensava ser impossível que não pudessem navegar para toda parte. E desejo de descobrir e entender coisas novas, para saber as gerações dos habitantes daqueles países, e atacar os mouros, fez aprestar, com todas as coisas necessárias, mais três caravelas, e pôs nelas homens valorosos, que foram, e passaram o dito cabo, navegando pela costa, de dia, e deitando a âncora, de noite. E como navegassem cerca de cem milhas além do dito Cabo de Não, e não encontrasse nenhuma habitação nem gente alguma, voltaram para trás.<sup>117</sup>*

Inovar-se-ia a navegação portuguesa para enfrentar com maior segurança as *intempéries* do Atlântico, superando assim o mito do perigo dos monstros marinhos engolindo embarcações. Isto era feito com tanta sensação de perfeição e de supremacia, que Zurara exaltando os feitos e vitórias do seu admirado infante assim clamava:

*(...) Oh tu, príncipe pouco menos que divina!  
(...) Tua glória, teus louvores, tua fama, encham assim as minhas orelhas e ocupam minha vista, que não sei a qual parte acude primeiro. Ouço as preces das almas inocentes daquelas bárbaras nações, em número quase infindo, cuja antiga geração desde o começo do mundo nunca viu luz divina, e pelo teu engenho, pelas tuas despesas infindas, pelos teus grandes trabalhos são trazidas ao verdadeiro caminho da salvação, as quais, lavadas na água do batismo e ungidas com o santo óleo, solta desta miserável casa, conhecem quantas trevas jazem sob a semelhança da claridade dos dias de seus antecessores.<sup>118</sup>*

E assim cresce o prestígio de D. Henrique ao ponto de passar a ser visto como da navegação e não da política oficial, embora herdeiro fosse, mas rei jamais passara pela sua cabeça, mas se o fosse com certeza teria sido mais realizador do que os dois a quem servira: um irmão, D. Duarte, e o sobrinho, D.

<sup>116</sup> Fernando Pessoa, op. cit, p. 54.

<sup>117</sup> Cadamosto, Apud Silva Marques, Op. cit. p. 166. Supl. ao vol. I.

<sup>118</sup> Zurara, idem, p. 131

Afonso V. Cumprira a sua missão e o seu compromisso de fortalecer cada vez mais o monopólio comercial português para concretizar, de fato, a ideologia daquela nascente burguesia comercial que colocara definitivamente no poder a dinastia dos Avis. Apoiado pelos saberes dos melhores especialistas da(s) ciência(s) universal(is) fez muitas outras expedições mesmo sem o consentimentos dos seus irmãos monarcas, como foi a segunda investido em Marrocos, em 1437, cujos resultados não foram dos melhores. Por esses feitos foi algumas vezes exaltado por Zurara, em particular pela coragem de enfrentar e vencer a travessia do cabo do Bojador e conquistar as terras que ficavam do outro lado do mar português. Esta viagem foi exaltada por Zurara, por se tratar de mais um daqueles *actos dignos e heróicos* praticados por *príncipes e nobres* e por isso merecia ser narrada para mostrar como

*(...) o Infante neste movimento (...) começou de aviar (preparar) seus navios e gentes, quais a necessidade do caso requerido. Mas tanto podeis aprender que, embora lá enviasse muitas vezes e ainda homens que, por experiência de grandes feitos, entre os outros haviam no ofício das armas avantajado nome, nunca foi algum que ousasse de passar aquele cabo do Bojador, para saber a terra de além, segundo o Infante desejava. E isto, para dizer a verdade, nem era com minguia de fortaleza nem de boa vontade, mas por a novidade do caso, misturado em geral e antiga fama, a qual ficava já entre os mareantes da Hespanha, quase por sucesso de gerações. E já seja que fosse enganosa, porque a experiência disso ameaçava com o postumeiro (último) dano, era grande dúvida qual seria o primeiro que quisesse por sua vida em semelhante aventura. (...) nem há aí crónica nem história em que se conte o contrário.*

<sup>119</sup>

D. Henrique manteve-se fiel aos princípios ideológicos da burguesia comercial que derrubou a chamada monarquia agrária portuguesa, motivo esse que levou à dinastia dos Avis ao poder, em 1385. Talvez seja por isso que vários escritos sobre a sua personalidade falam de alguns atritos entre ele e o então rei em exercício, o seu sobrinho D. Afonso V, que aos poucos procurava aliar-se a essa velha aristocracia e alijar a nascente fidalguia e burguesia comercial em ascensão. E entre as muitas vitórias, uma das mais expressivas foi a conquista das várias ilhas do Atlântico. Dessas, ressalta-se a da Madeira ocupada por volta

<sup>119</sup>

Zurara, idem, pp. 132 – 142.

de 1420 e que “é um rosal sem rosas de destaque especial, que o relevo vai para as hortências.”<sup>120</sup>

### 5.1.1.1 De Sagres à outra ilha desconhecida: os “primeiros frutos da adonação” do além-mar português

Transformar florestas virgens em terras agricultáveis sempre foi uma das principais virtudes da humanidade em todos os tempos. O ser humano foi, continua e, provavelmente sempre será um animal colhedor, “e isto é evidente tanto no bem-estar que sentimos nos supermercados quanto em nossa dependência vital da agricultura”; ..<sup>121</sup> E a produção agrícola era uma virtude da humanidade, porque desde a antigüidade a

*Agricultura é a/ Arte de cultivar a terra, & o officio/ do primeiro Monarca do mundo. Foi antigamente tão estimada, que era o/ mais delicioso exercicio dos Princepes/ Persianos, & Romanos. Cyro Rey de/ Persia fazia gala das flores, que rega/va, & da ortaliza, que cultivava. Dio/cleciano, & Attalo renunciando o Im/perio abaterão a Magestade ao arado./ Naquelle tempo se dizia: Dos legumes, que se/ meavão, & colhião os Romanos tomavão/ titulos, & appellidos honorificos; das favas forão chamados os Fabios; das/lentilhas os Lentulus, & das ervilhas/ chamadas em latim Pisa os Pisoens Se por esta palavra Agricultura se entender a acção,/ou o modo de cultivar os campos, tã/bem se poderá dizer<sup>122</sup>*

Entre as diferentes espécies agrícolas está a cana-de-açúcar que na Antigüidade é descoberta no Egito, na Idade Média é cultivada na Sicília, no século XV é a vez de Portugal tentar no Algarve e Madeira, e a partir do XVI no Brasil. A Itália é a principal responsável pelo despertar o gosto do povo europeu pelo consumo do açúcar. O seu uso na confeitaria, tanto de remédios como de demais derivados de confeitaria se estendeu durante os séculos XV e XVI por toda a Europa. Assim, o açúcar desempenhou ao lado do comércio de escravos e de especiarias, um dos pilares para o desenvolvimento do mercantilismo. Motivado por essa confeitaria, o doce sabor do açúcar *adicionado* com *fedentinas* gotas de suor misturado com sangue do escravo, desterritorializou as fronteiras da velha e

<sup>120</sup> Bessa-Luís, 1987, p. 8).

<sup>121</sup> Maturana. 1998, p. 24)

<sup>122</sup> Bluteau, verbete Agricultura.)

peninsular Europa escolástica. Quanto ao fabrico do açúcar, não foram localizadas informações exatas do tipo de engenho que funcionou no Algarve e na Ilha da Madeira. As informações mais seguras se referem à Sicília que passou a ser durante a Idade Média, hegemônica do saber sobre o cultivo e fabricação do açúcar. Frei Vicente do Salvador na sua *História do Brasil* (1500-1627),<sup>123</sup> descreve e representa visualmente a maneira usual de como se fabricava o açúcar na Antigüidade:

*Lembra-me haver lido um livro antigo das propriedades das coisas que antigamente se não usava de outro artifício mais que picar ou golpear as canas com faca, e o licor que pelos golpes corria e se coalhava ao sol este era o açúcar, e tão pouco que só se dava por mezinha. Depois se inventaram muitos artifícios e engenhos para se fazer em mor quantidade, dos quais todos se usou no Brasil, como foram os de pilões, de mós e de eixo, e estes últimos foram os mais usados, que eram dois eixos postos um sobre o outro, movidos com uma roda de água ou de bois...*<sup>124</sup>

O interesse pelo cultivo da cana-de-açúcar em Portugal começa com

D. João I, que em Carta Régia de 16 de Janeiro de 1404 reservou

<sup>123</sup> Sobre a obra de Frei Vicente escreveu o Frei Venâncio Willeke, OFM, em 14 de outubro de 1964, no 350º aniversário do 1º capítulo celebrado por Frei Vicente do Salvador, no convento de Olinda, Pernambuco, o seguinte texto que está publicado no começo da *História do Brasil* do Frei Vicente (...) *Transcorrendo ora o 4 centenário de nascimento do Frei Vicente do Salvador, Pai da História do Brasil, apresentamos a edição comemorativa desta obra corrigida e aumentada, segundo uma cópia procedente da Biblioteca das Necessidades e hoje existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa: códice 49 (História do Brasil) e 24 (posteriores "Adições e emendas") da secção "Livros do Brasil". A aquisição de uma fotocópia das 564 páginas que abrangem os dois códices e as demoradas pesquisas nos foram facilitadas pelo nosso Revmo. Pe. Provincial Frei Serafim Prein, OFM, ao qual aqui consignamos o nosso sincero agradecimento.*

*O papel do códice 49, de 425 páginas e do tamanho de 410 x 275 mm, remonta aos fins do século XVII, apresentando o códice à letra do século XVIII, o escudo nacional no frontispício, o título e o nome do autor rodeados por uma moldura e as letras capitais, no texto finamente desenhadas e comentadas. A encadernação do códice 4 "é da época, em carneira [pele de carneiro], e com ferragens; enquanto o códice 24, de 139 páginas e de 300 x 207 mm, apresenta o papel e a letra do século XVII e a encadernação em pergaminho da época.*

*A cópia da Biblioteca das Necessidades que serviu de base a esta edição comemorativa é mais fiel e mais completa que a aproveitada, nas edições anteriores.*

*Respeitando as notas preliminares e os magistrals prolegômenos com que Capistrano de Abreu tornou a obra-prima de Frei Vicente mais acessível ao público acrescentamos unicamente algumas notas necessárias, resultados de pesquisas recentes.*

*Tendo sido possível descobrir vários trechos que Frei Vicente do Salvador transcreveu de sua primeira obra "Crônica da Custódia do Brasil" para esta "História do Brasil", assinalamo-los, no meio do texto.*

*Para melhor compreensão da terminologia franciscana, adotada pelo "Heródoto Brasileiro", à página 430 está a explicação dos respectivos termos.*

*As notas recém-introduzidas nesta edição levam a nossa sigla W. (Cf. Willeke, 1964, introdução)*

<sup>124</sup> (Cf. Frei Vicente do Salvador, 1982, p. 301.)

*umas terras em Algarves, em favor de João de Palma, genovês de nação, para nelas plantar cana-de-açúcar. Não custa a crer que alguns dos muitos que Portugal atraía, passando à ilha, tivesse ensaiado a cultura. Pouco vale a objeção de haver proibido o infante a residência de estrangeiros na sua nova possessão, preceitos de que as Cortes, em 1481, reclamavam o cumprimento.*<sup>125</sup>

Sobre esta experiência com sementeiras italianas escreve Schwartz, que

*(...) Giovanni della Palma obteve concessão real para construir um engenho de açúcar no Algarve, e naquele mesmo século uma próspera indústria produzia excedentes suficientes para permitir aos mercadores genoveses praticarem um ativo comércio com a Itália e o norte da Europa. Comerciantes e capitalistas geneveses, com sólidas bases em Castela e Portugal, não tardaram a explorar novas áreas de investimentos com a expansão das atividades européias nas ilhas do Atlântico. Em certo sentido, os italianos construíram-se no elo humano de uma corrente que transferiu as técnicas, a administração das propriedades e a segurança comercial da produção açucareira do leste para o oeste do Mediterrâneo e, a seguir, além das Colunas de Hércules para a bacia atlântica, eles forneceram o açúcar e, em certa medida, criaram o gosto pelo produto na Europa ocidental, cuja demanda acabaria por ser satisfeita pelas Américas. É certo que no século XV o açúcar permaneceu como especiaria, utilizado principalmente como remédio ou condimento exótico, porém livros de receitas do século XVI indicam que o produto já estava ganhando lugar na dieta da aristocracia européia.*<sup>126</sup>

Décadas depois da de 1404, Portugal começa o cultivo da cana-de-açúcar na Ilha da Madeira e, finalmente, no Brasil a partir da segunda metade do século XVI. Visto que a experiência dos Algarves não teve grande sucesso, é na ilha da Madeira a cana-de-açúcar onde a cana-de-açúcar vai adaptar-se muito bem às condições climáticas e ao solo e aí se instalam os primeiros engenhos portugueses de açúcar. Alguns autores, entre os quais está o Frei Vicente, supõem que o engenho de açúcar usado por Portugal tem a mesma origem do italiano. No campo da tecnologia de moendas verticais e movidas pela força humana — também usada em outros engenhos de moer cereais —, a sua origem parece ter sido a moenda de pedra de mó, conforme será mostrada no capítulo VIII.

É a economia da cana-de-açúcar quem vai transformar, de fato, a ilha da Madeira como a primeira colônia portuguesa de exploração. Numa síntese da narrativa de D. Francisco Manuel de Melo escrita no século XVII sobre a

<sup>125</sup> Gama Barros, p. 60, Apud Azevedo, 1988, p. 218.

<sup>126</sup> Schwartz, 1988, p. 22

descoberta dessa ilha pelos portugueses, ele diz que no dia que esses lá chegaram

*(...) iluminava então o sol os arvoredos cujos ramos, meneados<sup>127</sup> brandamente da matutina viração, mostravam (como por amostra da sua riqueza) diferentes cores mas todas naturais e concertadas. As águas, igualmente deleitosas aos olhos e ouvidos, enchem a vista de formosura, a orelha de harmonia. Nenhum animal ostentou a força ou a ligeireza, porque desde a meninice do mundo até essa hora, ignoravam, como os homens, aquele trânsito que depois deveram à sua indústria. As brenhas e florestas espiravam saúde, nunca, nem agora penetrada de algum venoso bicho. A prática parece que ficou a cargo das aves que com estranhas vozes, não se sabe se culpavam ou engrandeciam o atrevimento humano que à custa de tantas tragédias quis coser os retalhos da terra, por indústria de aquela agulha que duvidamos nos foi dada por galardão ou castigo. Corria o ar não só puro mas perfumado das flores sobras as quais passava sua breve carreira. Elas jamis logradas da vista ou do olfato para que foram feitas, parece que como em dia de suas bodas, se haviam composto de nova formosura. Eminentos os outeiros e profundos os vales, em sua desproporção guardavam arquitetura rigorosa e agradável, aquelas pejando os ramos soberbos e estes despojados de todo o impedimento das florestas, convidavam as mãos ao roubo e as plantas ao passo sobre ervas saudáveis e cheirosas...*<sup>128</sup>

#### Nela se planta e

*(...) se produz trigo e cevada para seu consumo; e abunda de carne de bois, porcos selvagens, e infinitos coelhos. Encontra-se aí também sangue de drago, que nasce em algumas árvores, isto é, goma que dão estas árvores em certo tempo do ano. Extrai-se desta maneira: dão-se uns golpes de cutelo no pé da árvore; e no ano seguinte, em certo tempo, os ditos cortes deitam gôma, que cosem e purificam, e se faz o sangue. A dita árvore produz certo fruto que está maduro no mês de Março, e é muito bom para comer; assemelha-se às cerejas, mas é amarelo. Nota-se que em volta desta ilha não tem porto, mas apenas uma boa enseada, ao abrigo de todos os ventos, exceto do leste-sueste e sul-sueste, pois com estes ventos não se estaria em segurança. Seja porém, como for, tem bom ancoradouro. Esta ilha foi chamada de Porto Santo, porque foi descoberta pelos portugueses no dia de Todos os Santos; e nela há o melhor mel que suponha exista no mundo, e cera; mas não em grande quantidade. (...) Chama-se a ilha da Madeira, que quer dizer ilha dos lenhos, porque quando primeiramente foi descoberta pelos do dito senhor, não havia palmo de terra que não estivesse cheio de grandíssimas árvores, e tiveram os primeiros que a quiseram habitar de lhes deitar fogo. Êste foi levando pela ilha, durante muito tempo, e tão grande foi, que disseram que ao sobredito João Gonçalves, que aí se encontrava, foi preciso êle e todos os outros com as mulheres e os filhos, fugir da sua fúria e acolher-se à água, no mar, onde estiveram mergulhados até a garganta, dois dias e duas noites, sem comer nem beber, pois que de outra maneira teriam morrido. Desta maneira varreram grande parte da dita madeira, fazendo terra de lavoura.*<sup>129</sup>

<sup>127</sup> Cf. HOLANDA FERREIRA, MORAIS DA SILVA, FARIA E LELLO UNIVERSAL. Verbetes menear. Mover de um para outro lado; manear. Mover com desenvoltura (braços, pernas, quadris); saracotear. Manejar; manusear. Dirigir, gerir; administrar. Mover-se; mexer-se; agitar-se.. Mover-se de um para outro lado; oscilar; manear. Saracotear-se, bambolear(-se).

<sup>128</sup> (Cf. Melo, Apud Palma Ferreira, [1981], pp. 210-211)

<sup>129</sup> (Cf. Cadamosto, Apud Silva Marques, 1940, pp. 171 – 172. Supl. ao vol. I)

Ao se apossar da referida ilha, D. Henrique além de cuidar da ocupação econômica da mesma, dividindo-a em sesmaria e doando-as aos seus donatários de confiança, imediatamente mandou construir igrejas e conventos por todo o seu território. E pelo motivo de não ter tido filho para herdar o seu patrimônio, a parte material ele lega aos seus sobrinhos e a parte espiritual — em particular a das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta — a donatária é a Ordem da cavalaria de N.S. Jesus Cristo, da qual era cavaleiro, protetor e governador. E assim está escrito na doação que foi lavrada e por ele assinada:

*(...) Eu o Jfante Dom anrique Regedor e governador da ordem da caualaria de nosso Senhor Jhesu christo duque de ujseu e Senhor da coujlhãa faço saber aos que esta mjnha carta virem que conhecendo. Eu como os fectos dos homens sã sam perpeuus E o serujço de deus E os seus fectos som grandes E Jncomsyuees os uaaes por nhũu<sup>130</sup> homem ao todo nõ podem seer cobiçados por ao dicto senhor prinçipallmente serujr. E adorar a que sam mais obriguado naturalmente que a algũua outra perssoa E desy por serujço de Rej meu Senhor e padre da uiruosa memoria . E del Rej meu Senhor e Jrmãõ cuJas aalmas deus aja E jssõ mesmo del Rej meu Senhor e Sobrinho que Deus acrezente em seu estado e dote de mujtas virtudes com longos dias de vida começei de pouoar a mjnha Ilha da madeira auera ora xxxb ./anos E jssõ meso a do porto santo E desy prosegujndo a deserta das quaes Ilhas que assy edifiquej E nouamente achej a temporalidade dellas dey ao dicto Rey meu Senhor e sobrinho pera elle e todos os herdeiros legitimos E soçessores vnjuerssaaes destes Regnos que apos elle veerem per linha direta e soçessom legitima tirando a espiritualidade dellas a qual eu dou aa dicta hordem de christo . aa quall o dicto Senhor deu todo o direito da dicta espiritualidade que em ellas podia auer segundo dello a dicta hordem tem sua escriptura E por eu ataa fectura da presente nem hũua doaçom das dicta jlhas aa dicta hordem per mym nom era pasada mandej seer fecta esta carta de doaçom e apouaçom dello demjtindo de mym a dicta Jurdiçom espiritual E a transmudamdo na dicta hordem (...) E por çertidam de todo o sobredicto mandej seer fecta esta mjnha carta asinada per mjnha mãao e aseelaada do Seello das mjnhas armas a qual pagua que sse assy a de fazer ahio dicto vigairo e capellããs sera pollo dizimo das dictas Jlhas e lhe sera fecta en cadhũu anno por dia de natal fecta em minha vila xvij<sup>o</sup> dia de Setembro Joham de morases a ffez anno de nosso Senhor Jhesu christo de mjll e iii e lx anos.<sup>131</sup>*

<sup>130</sup> O acento circunflexo que vem sobre o “u” leia-se til.

<sup>131</sup> Silva Marques, 1944, pp. 579 – 580: *Eu, o Infante D. Henrique Regedor e Governador da Ordem da Cavalaria da Nosso Senhor Jesus Cristo, duque de Viseu e Senhor da Covilha, faço saber a quem esta minha carta virem conhecer. Eu, como os feitos dos homens só são perfeitos e o serviço de Deus e os seus feitos são grandes e impossíveis de serem usados por nenhum homem, ao todo não podem ser cobiçados, principalmente por servir ao dito Senhor. E adorar a que sem mais obrigado naturalmente que a alguma outra pessoa e desejo pelos serviços do Rei meu Senhor e pai cujas almas Deus a aja (no sentido de possuir), e isso mesmo do Rei meu Senhor e Sobrinho que Deus acrescenta em seu estado e dote de muitas virtudes com longos dias de vida, comecei a minha Ilha da Madeira avera ora xxxb (32)/anos, e nesse mesmo ano a do Porto Santo. E desejo perseguindo a Deserta daquelas ilhas que assim edifiquei e novamente achei a temporalidade delas dei ao dito Rei meu Senhor e Sobrinho, para ele e todos os herdeiros legítimos, e sucessores desfrutassem destes reinos, que após ele os que vierem por linha direta e*

Deste modo, é na Ilha da Madeira que Portugal (leia-se o Infante D. Henrique) vai fazer o seu primeiro grande *laboratório* experimental de produção de açúcar de cana. O infante certamente não estava ainda satisfeito com o que já tinha realizado e por isso investia na modernização do seu empreendimento náutico de Sagres. Tal investimento visava, de certo modo, melhorar todos os equipamentos e, sobretudo, as caravelas, pois as mesmas ainda estavam, de certa forma, muito presas aos modelos tradicionais certamente parecidos com o que ilustra a capa da Bíblia hebraica de 1299.

A idéia de melhoramento tecnológico investindo em infra-estrutura ou mesmo copiando velhas matrizes de caravelas de outras partes do mundo, é constante nos discursos das fontes testemunhos. E assim, durante os séculos XV e XVI as caravelas portuguesas (como mostras as três figuras de caravelas a seguir) passaram a se fazer



Figura 86. Capa da Bíblia hebraica de 1299<sup>132</sup>

presentes em várias partes do mundo. A partir daí, o objetivo de Portugal era

---

*sucessão legítima, tirando a espiritualidade delas a qual eu dou a dita Ordem de Cristo, na qual o dito Senhor deu todo o direito da dita ordem tem sua escritura. E por eu faturo nesta ata presente nem uma doação das ditas ilhas à dita ordem por minha aprovação dou-lhe demitindo de mim a dita jurisdição espiritual, e a transmudando na dita Ordem. (...) E por certidão de todo o sobredito mandei ser feita esta minha carta assinada pela minha mão e chancelada com os selos das minhas armas, a qual rogo que assim é de se fazer ao dito vigário e capelões, será pelo dízimo das ditas ilhas, e lhe será feita em cada ano pelo dia de Natal, feita em minha vila, xviii (28) dia de setembro, João de Moraes a fez no ano de nosso Senhor Jesus Cristo de 1439 anos. (Leitura paleográfica feita por Geraldo M. Prado, exclusivamente para esta tese.)*

<sup>132</sup> Figura 86. Capa da bíblia hebraica de 1299. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga. Original: foto de Geraldo Prado, julho de 1996. Máquina fotográfica digital EPSON, 600 dpi.





Figura 87. Caravela portuguesa<sup>133</sup>



Figura 88. Biombo japonês do século XVI<sup>134</sup>

disseminar pelo Atlântico caravelas modernas e velozes comandadas por marinheiros profissionais auxiliados por outros tantos que não sabiam mear, em busca de outras ilhas mesmo que já fossem conhecidas. Assim, importava o compromisso que tinha aqueles varões previdentes de expandir a navegação para encontrar terras desconhecidas, pois isto fazia parte da tradição *sangüínea*, não só de D. Manuel, mas de todos os seus antecessores. E assim, tomando como analogia os diálogos dos personagens imaginados por Saramago,

*(...) os geógrafos do rei foram ver nos mapas e declararam que ilhas por conhecer é coisa que se acabou desde há muito tempo, Devíeis ter ficado na cidade, em lugar de vir atropelar-me a navegação, Andávamos à procura de um sítio melhor para viver e resolvemos aproveitar a tua viagem (...) Então o homem do leme viu uma terra ao longe e quis passar adiante, fazer de conta que era miragem de uma outra terra, uma imagem que tivesse vindo do outro lado do mundo pelo espaço, mas os homens que nunca tinham sido marinheiros protestaram, disseram que ali mesmo é que queriam desembarcar, Esta é uma ilha do mapa, gritaram, matar-te-emos se nos lewares lá. Então por si mesmo a caravela virou a proa em direcção à terra, entrou no porto e foi encostar à muralha da doca, Podeis ir-vos, disse o homem do leme, ato contínuo saíram em correnteza, primeiro as mulheres, depois os homens, mas não foram sozinhos, levaram com eles os patos, os coelhos e as galinhas, levaram os bois, os burros e os cavalos, e até as gaivotas, uma após outra, levantaram vô e se foram do barco transportando no os seus gaivotinhos, proeza que não tinha sido cometida antes, mas há sempre uma vez...*<sup>135</sup>

<sup>133</sup> Figura 87. Caravela portuguesa do século XV. In: Malheiro Dias, 1921, p. s/n.

<sup>134</sup> Figura 88. Biombo japonês do século XVI, representando navios portugueses. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga. Original: fotografia de Geraldo Prado, julho de 1996. Máquina fotográfica digital EPSON, 600 dpi. Esta figura é usada também por Hermano Saraiva, Op. cit., entre as páginas 304-305.

<sup>135</sup> Saramago, O Conto da Ilha Desconhecida, 1998, pp. 56-58)

Entre dúvidas, dúvidas, guerras, sentimentos e saudades continuavam os feitos e efeitos do Infante navegador que já tinha estendido as fronteiras do território lusitano para áreas até então imaginadas: África, Ásia, Arábia, Índia, Etiópia... e algumas outras ilhas no então desconhecido Atlântico. Os feitos que D. Henrique já havia praticados seriam seguidos como exemplos de conquistas, não apenas para aquele seu sobrinho-rei, D. Afonso V, a quem com muito empenho havia servido, mas também para os sucessores deste. Primeiro D. João II, que de



Figura 89. Caravela do século XVI<sup>136</sup>

*(...) Braços cruzados, fita além do mar.  
Parece em promontório<sup>137</sup> uma alta serra –  
O limite da terra a dominar  
O mar que possa haver além da terra.*

*Seu formidável vulto solitário  
Enche de estar presente o mar e o céu.  
E parece temer o mundo vazio  
Que ele abre os braços e lhe rasque o véu.<sup>138</sup>*

Em seguida seria a vez de D. Manuel I, pois sobre ele

*pode-se dizer que seu nome lhe foi posto por divino mistérios E o Messias, prometido na Lei, já tinha o seu nome escrito nos livros de Isaías, que disse 'Manuel se chamará', que em nossa língua quer dizer 'Deus é conosco', pela vinda que fez a este mundo, onde tomou carne humana, para nos remir do pecado de nosso primeiro pai Adão. Pois assim mesmo eu diria que este cristianíssimo rei Emanuel levou à Índia e Etiópia sua Fé, com os infiéis com muita razão lá pode dizer: — Deus é conosco. Passo pelas vitórias dos Rumes, pelos tributos que poderosos reis da Índia lhe pagaram, de que a coroa deste reino não tem pequenos proveitos. Que tudo isso*

<sup>136</sup> Figura 89. Caravela portuguesa do século XVI. In: Malheiro Dias, op. cit. anexo.

<sup>137</sup> Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit, Verbete: promontório. *Geografia: abo formado de rochas elevadas ou alcantis*. Idem, verbete: *alcantil. Rocha escarpada, talhada a pique. Despenhadeiro escarpado. Píncaro, pináculo, cume.*

<sup>138</sup> (Cf. Fernando Pessoa, 1998, p. 46)

celebrado é por poetas e oradores, que em Roma e outras partes publicaram tão excelentes vitórias. Testemunha é do que digo Camilo Pórcio, que, em uma magnífica oração que fez ao Papa Leão X, celebrou a tomada de Malaca, cujo treslado veio a estes reinos por indústria do doutor João de Faria, que naquele tempo servia de embaixador em Roma. Testemunhas são Policiano<sup>139</sup>, Filipe Beroaldo<sup>140</sup>, Blósio<sup>141</sup>, Paládio<sup>142</sup>, Piério<sup>143</sup>, Casálio<sup>144</sup> e outros que em metro e prosa espalharam pelo mundo estes triunfos de el-rei vosso padre, em cujo tempo, se fora o grande Homero (que tanto caso fez de uma tão pequena navegação, como é a do Helesponto<sup>145</sup> até Sicília, que pode compreender pouco mais de trezentas léguas, em que misturou tantas fábulas e acontecimentos), quão pouca conta fizera dos errores de Ulisses, se vira tantas mil léguas de mar e costa senhoreadas de um só rei, nas quais se contêm as Índias, aquém e além do Ganges, e grande parte da Etiópia, Arábia e Pérsia, cujas forças afastaram os mouros e turcos, e os lançaram até os fins do estreito Arábico, onde têm seus navios varados [enclachados] em a pobre vila de Suez, sem ousarem de levantar as suas velas, que a força portuguesa tantas vezes amainou.<sup>146</sup>

Em razão desses seus feitos e dessa sua personalidade, segundo o discurso-exaltação (e esta era a principal função dos cronistas da Corte) de João de Barros acima citado, D. Manuel estaria empenhado em dar continuidade a esse empreendimento, cuja virtude não é apenas do seu antecessor imediato, mas sim, desse expansionismo que teve início com a grande vitória lusitana no ultramar: a

<sup>139</sup> Cf. LELLO UNIVERSAL. Verbete Policiano. *POLLICIANO (Ângelo Giniou Ambrogini), cognominado o Policiano, humanista, poeta e historiador italiano preceptor dos filhos de Lorenzo de Medicis, n. em Montepulciano, perto de Siena, m. em Florença (1454 – 1494). Escreveu o Orfeu, composição dramática, as célebres Estâncias [grupos de versos] para a justa em que ficou vencedor Julião de Médicis, etc., admiráveis de pittoresco e harmonia.*

<sup>140</sup> Idem. Verbete Beroaldo. *BEROALDO (Philipe), literato italiano, n. em Bolanha. Ensinou na Universidade de Paris. Deixou edições anotadas de auctores antigos. (1453 – 1505)*

<sup>141</sup> Nome não localizado nos dicionários e enciclopédias consultadas e que estão citados na bibliografia geral.

<sup>142</sup> Idem, verbete Paladio, remete para o verbete Palladio. *PALLADIO, (Andrea) . Architecto italiano, n. e m. em Vicência (1517 – 1580) . sucessor de bramante e de Miguel Ângelo na construção de São Pedro de Roma. Realizou em Veneza os seus mais importantes trabalhos, especialmente o Palácio Foscari, perto de Brenta. É auctor de um célebre Tratado de Architectura.*

<sup>143</sup> Idem, Verbete Piéio, adj, (latim pierius). Relativo às musas ou à poesia. Os demais dicionários da Língua Portuguesa consultados e a Enciclopédia Jackson, dão o mesmo significado.

<sup>144</sup> Nome não localizado nos dicionários e enciclopédias consultadas e que estão citados na bibliografia geral.

<sup>145</sup> Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit, Verbete: helespôntico. *Helesponto, denominação antiga do estreito de Dardanelos.* Idem Koogan/Houais, Enciclopédia Jackson e LELLO UNVIERSAL, verbete *Dardanellos (estreito dos) ou de Galipoll (o Hellesponto dos antigos), entre a Turquia da Europa e a Turquia da Ásia: une o archipélago ao mar de Mármara. Tem de extensão cerca de 70 Km. E de largura de 1.200 a mais de 3.000 m. A passagem dos Dardanellos foi cuidadosamente fortificada e prohibida aos navios de guerra em virtude da convenção chamada dos Estreitos (1841). Os Aliados tentaram , sem êxito, forçar a passagem dos Dardanellos durante a Grande Guerra. Depois essa passagem foi regulamentada pela convenção de Montreux (1936) que consagrou a remilitarização dos estreitos pela Turquia.*

<sup>146</sup> João de Barros, Apud Tarracha Ferreira [1993], pp. 302 – 303.

tomada de Ceuta, em 1415. Especialistas antigos e contemporâneos da história das navegações já escreveram sobre o papel desempenhado pelo Infante D. Henrique no campo da tecnologia e da ciência da navegação. O trabalho mais recente sobre esta problemática é o de John Law, baseando-se no estudo clássico de Pierre Chaunu (1987) a respeito da expansão portuguesa. Law faz um breve estudo no qual enfoca as mudanças tecnológicas nas embarcações européias da época, segundo o modelo desenvolvido em Portugal, sobretudo o da *Ilha do Infante*. Assim, diz ele que a

(...) *nova navegação articulada em torno da determinação da latitude por meio da observação solar ou estelar proposta pela comissão,<sup>147</sup> era um método particularmente apropriado para jornadas empreendidas principalmente na direção setentrional ou meridional, tipo aquelas realizadas pelos portugueses no Atlântico e, em alguma extensão, no Oceano Índico. Isto porque dependia da navegação norte ou sul até que as embarcações alcançassem a mesma latitude que a de seu destino. Assim, o mestre poderia dirigir a leste ou oeste conforme apropriado, no conhecimento exato de que poderia fazer uma aproximação de terra apropriada.* (Cf. Law, John, 1986, Apud Pereira, Maria de Nazaré Freitas e Gadelha, Paulo. In: *A Caixa Preta de Pandora* (em disquete), p. 13. Citado com autorização dos organizadores).<sup>148</sup>

A navegação portuguesa foi a principal iniciativa que levou por alguns séculos a ser aquele reino a potência hegemônica mundial (leia-se européia) no ramo do comércio açucareiro, triunfo da memória daqueles *Varões Providentes*. Isto deveu-se, sem dúvida, ao empenho do o Infante navegador, segundo se pode observar nas crônicas de Zurara, que o descreve como uma pessoa cautelosa, mas algumas vezes também irritada. Jamais se afastara da idéia de vincular-se àquela velha aristocracia rural aliada à nobreza castelhana, que muitas tentativas continuaram fazendo contra as idéias do seu *inesquecível* pai que a derrubara, e substituíra pela nova classe dos seus colabodores, constituída de novos nobres e fidalgos e dos demais membros da burguesia e/ou nobreza comercial portuguesa em ascensão. Essas novas classes manifestavam a consciência da mudança cuja alternativa única e possível seria fazer a revolução sem modificar, portanto, os hábitos e demais questões morais da cultura portuguesa edificada na herança

<sup>147</sup> Nota de Jonh Law. *Determinar a longitude era um problema muito mais difícil que não obteve solução satisfatória até o desenvolvimento de cronômetros portáteis que começaram a ser feitos na Europa a partir do século XVIII.*

<sup>148</sup> Referência completa na Bibliografia geral.

escolástica, em particular dessas mesmas classes que a dissemina mediante o culto da missa ao conjunto da sociedade.

E nesse ritual

*(...) Ninguém sabe que coisa tem.  
Ninguém conhece que ali tem,  
Nem o que é mal nem o que é bem,  
(Que ânsia distante perto chora?)  
tudo é incerto e derradeiro.  
Tudo é disperso, nada é inteiro,  
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...*

*É a Hora.*<sup>149</sup>

para que “(...) *As sementes lançadas por D. Henrique à terra desentranharam-se nos pomos de ouro da epopéia manuelina.*



**Figura 90. Nobreza portuguesa**<sup>150</sup>

(Cf. Dantas, Apud Malheiro Dias, 1921, p.4) Mas esse autor parece negar que essa epopéia seja a síntese do passado transcendental de D. Manuel, na qual representa-se também a expansão do Universo através da cartografia: futuro do passado dos saberes agrários no Império colonial português.

### 5.1.1.1.2 A coroa dos reis de Portugal era de ouro, prata, escravos, comércio e navegação, exceto de embrião de graus

No que tange à agricultura, não foi encontrado na documentação pesquisada praticamente nenhum indício sobre algum investimento destinado à promoção do melhoramento da produção agrícola no Portugal manuelino, em particular sobre a pequena propriedade que era a que predominava na parte do seu território peninsular. Aliás, nesse século, além da Espanha, como mostrou Van Bath, citado no capítulo anterior, nenhum outro país europeu se preocupou com esse setor produtivo. A análise dos discursos dos cronistas e demais documentos sobre D. Manuel leva a crer que a sua preocupação se volta mais

<sup>149</sup> (cf. Fernando Pessoa, Op. cit. p. 95.

<sup>150</sup> Figura 90. Nobreza portuguesa na época manuelina . In: Malheiro Dias. Op. cit., p. 6.

para o expansionismo marítimo na busca do comércio de especiarias de origens vegetais, de ouro e prata e também de escravos da África, do que dessas *coisas menores*, como a pequena produção agrícola de caráter comunitária e/ou familiar.

Esses discursos procuram mostrar silenciosamente, que D. Manuel não parecia ser um rei preocupado em acumular, para si, as coisas materiais, tais como uma companhia de comércio, por exemplo. Mas tinha o orgulho por algumas das suas realizações pessoais, como a de manter a qualquer custo, financeiro ou humano, a hegemonia das navegações e do comércio português, monopólio da Coroa e comercialização quase que exclusivamente sob a lideranças dos herdeiros da fidalguia comercial criada pelo Mestre de Avis. Desse modo se deu a expansão comercial portuguesa por quase todo o Velho Mundo, primeiro por mar, cuja síntese foi feita por Antônio Galvão (c. 1490 – 1557), no seu *Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos*, escrito em 1563. Na parte dos descobrimentos modernos, o autor dá como marcos principais, aqueles iniciados durante os reinados de D. Manuel e do seu filho D. João III. Destaca, sobretudo, as curiosidades encontradas nas terras, cujos descobrimentos foram efetivados a partir do ano de 1511, quando

*(...) mandou Afonso de Albuquerque três navios às ilhas da Banda e Maluco, e por capitão-mor deles Antônio de Abreu e um Francisco Serrão. Iam neles cento e vinte pessoas, porque não foram mais velas nem homens ao descobrimento da Nova Espanha, com Cristóvão Colombo, nem com Vasco da Gama à Índia; porque Maluco, depois destes, não é menos riqueza, nem se deve ter em menos estima. (...) No ano de 512, partiram da Banda para Malaca, e nos baixos de Lusupino (Luçupino) se perdeu Francisco Serrão com o seu junco, donde se tornou à ilha de Mindanão, com nove ou dez portugueses, que com ele iam, e os reis de Maluco mandaram por eles. (...) Há nesta ilha de Maluco homens com esporões nos artelhos, como galos (...) há galinhas pequenas que, debaixo da terra mais de braça<sup>151</sup> e meia, põem ovos maiores que patas; há muitas de carne preta, e porcos com cornos, e papagaios mui chocareiros, a que chama noris. (...) Há uma árvore que, como o Sol se põe, enflorêsce; e cai-lhe como nasce. Há ali fruta que dizem que, como uma prenhe a come, logo move. Há uma erva que segue o sol, de maneira que sempre anda com ele, e é coisa de admiração vê-la ...<sup>152</sup>*

<sup>151</sup> Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbete: braça. *Antiga unidade de medida de comprimento equivalente a dez palmo*[um palmo = 22 cm], ou seja, 2,2 m. *Unidade de comprimento do sistema inglês, equivalente a cerca de 1,8 m.*

<sup>152</sup> (Cf. Galvão, 1563, Apud Tarracha Ferreira, [1993] pp. 371 – 373)

Inúmeros testemunhos se ocuparam em relatar essas viagens de expansão, notadamente, no período manuelino, entre os quais estão o *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama, em 1497*, escrito por Álvaro Velho (séculos XV e XVI); a *Carta do Achamento do Brasil, em 1500*, de Pero Vaz de Caminha, a *Carta de Mestre João Faras*, a *Relação do Piloto Anônima* e mais alguns outros.



Figura 91. Fernão de Magalhães, Vasco da Gama e Rosa-dos-ventos<sup>153</sup>

Assim, o expansionismo português alcança o seu auge no período manuelino. Ainda, no sentido dos fragmentos dos discursos daqueles testemunhos até aqui citados, D. Manuel amava a sua pátria, tanto no aspecto nacionalista quanto no religioso, talvez mais do que o próprio fanático sapateiro de Trancoso, o *Bandarra*, cujo sentimento está expresso no seu escrito *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo. Primeira e Segunda Vida de El-Rei D. João IV*. Mais de cem anos depois, *Bandarra*, fora *exaltado* pelo padre Vieira, e em razão disso, afirma Maria Leonor Carvalhão Buescu na introdução de a *História do Futuro* de Antônio Vieira (pp. 9-32), que o referido escrito ao ser comentado por Vieira, em carta ao bispo do Japão D. André Fernandes, pode ser considerado como um esboço ou anteprojeto da sua *História do Futuro*

<sup>153</sup> Figura 91. Fernão de Magalhães (c.1480-1521): Navegador português, comandou a expedição que descobriu a passagem do Atlântico para o Pacífico, e realizou a viagem de circunavegação (15519-1521). In: ADONIAS, Isa. Op. cit. p. 24. Retrato de D. Vasco da Gama feito por Gaspar Correia em 1547. In: Tarracha Ferreira, 1998, p. 82; e Rosa-dos-ventos, scaneado de uma carta náutica portuguesa de 1540. In: ADONIAS, Isa. Op. cit. p. 55.

Vieira, por exemplo, mais ou menos 150 anos após Bandarra, vai fazer uma espécie de *exumação* do que fora o passado transcendental de Portugal, dizendo que este país

*(...) era um cantinho ou um canteirinho da Europa; mas nesse cantinho de terra pura e mimosa de Deus (...), nesse cantinho quis o Céu depositar a Fé, que dali se havia de derivar a todas essas vastíssimas terras, introduzidas com tanto valo, cultivada com tanto trabalho, regada com tanto sangue, recolhida com tantos suores, e metida, finalmente, nos celeiros da Igreja, debaixo das chaves de Pedro, com tanta glória. (...) Medindo-se Portugal consigo mesmo, e reconhecendo-se tão pequeno à vista de uma empresa tão imensa, poderá dizer o que disse Jeremias, quando Deus o escolheu para profeta dos Gigantes (...). O mesmo pudera dizer Portugal. Mas tirando-lhe Deus da boca estes três AAA, ao primeiro A, escreveu a África; ao segundo A, escreveu Ásia; ao terceiro A, escreveu América, sujeitando todas três ao seu império, como senhor, e sua doutrina, como Luz: Vos est, Lux mundi.*<sup>154</sup>

O mito de Bandarra, ou da esperança de um *Quinto Império do Mundo* continuou vivo em Portugal e na primeira metade do século XX, o considerado maior poeta contemporâneo da Língua Portuguesa, Fernando Pessoa, vai exaltar ambos os personagens com estes dois poemas. O dedicado a Bandarra diz:

*Sonhava, anónimo e disperso.  
O império por Deus mesmo visto.  
Confuso como o Universo  
E plebeu como Jesus Cristo.*

*Não foi nem santo nem herói,  
Mas Deus sagrou com Seu sinal  
Este, cujo coração foi  
Não português mas Portugal.*<sup>155</sup>

E o dedicado a Antônio Vieira exaltando a sua contribuição ao engrandecimento da Língua Pátria, diz:

*(...) O Céu estrela o azul e tem grandeza.  
Este, que teve a fama e à glória tem,  
Imperador da língua portuguesa,  
Foi-nos um céu também.*

*No imenso espaço seu de meditar,  
Constelado de forma e de visão,  
Surge, prenúncio claro luar,  
El-rei Dom Sebastião.*

*Mas não, não é luar: é luz etéreo.*

<sup>154</sup> (Cf. Padre Vieira, Apud Tarracha Ferreira, op. cit., p. 489.

<sup>155</sup> Pessoa, O Bandarra, 1998, p. 83.



*É um dia; e, no céu amplo do desejo.  
A madrugada irreal do Quinto Império  
Doiram as margens do Tejo.<sup>156</sup>*

No tempo presente permanece ainda o imaginário de país *pequeno-grande*, luz do mundo, de destino traçado pelo heroísmo e glória do passado e de descobrimento de mares e terras por

*Marinheiro descobridor  
com o destino traçado  
o mar foi sua campina  
a caravela o arado  
seu palácio seu celeiro  
sua glória e passado  
o mar foi sua campina  
a caravela o arado  
tendo por teto o luar  
por embalo o mar salgado  
como vício navegar.  
Viver no mundo sonhado  
seu talento a marear  
foi na terra o mais ousado  
tendo por teto o luar  
por embalo o mar salgado. (Cf. Estrela, 1999, p. 7)*

Mas é para honrar esse marinheiro descobridor e esse cantinho de terra, cujas fronteiras já haviam chegado a todos os continentes do aquém-mar e do além-mar, que D. Manuel tinha por *Fé* exaltar os seus feitos, pois

*(...) Não há dúvida que as navegações deste reino, de cem anos a esta parte [1537] são as maiores, mais maravilhosas, de mais altas e mais discretas conjecturas que as de nenhuma outra gente do mundo. Os portugueses ousaram cometer o grande mar Oceano. Entraram por ele sem nenhum receio, descobriram novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos, e, o que mais é, novo céu e novas estrelas. E perderam-lhe tanto o medo, que nem grande quentura da torrada zona, nem o descompassado frio da extrema parte do Sul, com que os antigos escritores nos ameaçavam, lhe pode estorvar que, perdendo a estrela do Norte e tornando-a a cobrar, descobrindo e passando o temeroso Cabo da Boa Esperança, o mar de Etiópia, de Arábia e de Pérsia, puderam chegar à Índia.<sup>157</sup>*

A travessia do Cabo da Boa Esperança fora por muito tempo o principal desafio da política expansionista portuguesa, e, em razão de

*Muitos dos problemas de navegação envolvidos nesta jornada foram resolvidos pelos portugueses entre os anos de 1460 e 1480. Durante este período, eles continuaram a exploração da costa africana iniciada sob o comando de Henry 'o Navegador', nos*

156

Pessoa, Mensagem, In Vieira [1992], p. 10)

157

(Cf. Nunes, 1537, Apud Tarracha Ferreira, op. cit., pp. 463-464)

anos de 1430. Como o método de navegação mediterrânea com carta plana, bússola, roteiro e distância percorrida tornava-se constantemente mais inadequado, eles procuraram recursos de navegação adicionais. Talvez como nos primórdios da década de 1460, eles começaram a fazer observações sistemáticas da altitude angular d Estrela Polar, Stella Maris, acima do horizonte setentrional.<sup>158</sup> Pelo final da década de 1480, seus marinheiros utilizavam não somente a Estrela Polar (que poderia ser usada apenas no hemisfério norte), mas também mediam a altura do Sol e do Cruzeiro do Sul como formas auxiliares de navegação. Estes métodos, e os instrumentos e tabelas de dados usadas na sua prática, embora não novos em termos científicos, representam um importante marco nos métodos de navegação e de construção de um sistema sob o qual a mobilidade global e a comunicação poderiam ser asseguradas.<sup>159</sup>

E ao aperfeiçoar as técnicas de navegação, Portugal criava as bases para a construção do seu Império colonial, cujo ápice foi, segundo Teixeira da Silva (1990, pp. 16-26) em 1471, após uma das expedições portuguesas voltar da Guiné, onde foi erguido o forte de São Jorge da Mina. Na realidade, embora no meio das crises normais da época, inclusive a da transição do feudalismo para o capitalismo mercantil, essas bases começaram mesmo a ser construídas a partir de 1385, com a chamada revolução do Mestre de Avis e a reorientação da economia do seu país para o ultramar. Diz ainda Teixeira da Silva (Op. Cit, p. 23) que

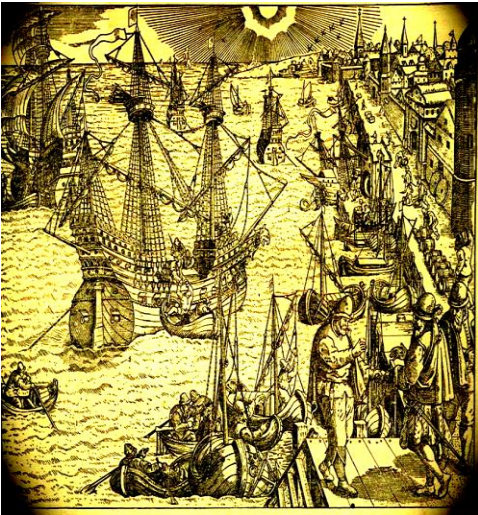
*(...) O governo de Dom Manuel, grosso modo, representou um período de prosperidade — igualado somente no século XVIII, com Dom João V — que aparentemente comprovava o sucesso da política portuguesa com um comércio do longo curso baseado em feitorias.(...) O grande lucro dos portugueses dava-se na diferença entre os preços de compra e venda, na realidade dos produtos fornecidos à Europa, o que garantia seus preços compensadores. O processo produtivo seja das especiarias seja do ouro africano era desconhecido e, ao preço de aquisição, somava-se o cálculo dos gastos na armação das frotas e suas equipagens.*

Tornando-se Portugal fornecedor o de diferentes mercadorias à Europa, Lisboa passou a ser o local estratégico para entrada e saída comercial desse continente pelo oceano Atlântico. Concentravam-se nessa cidade, a abundância da riqueza de ouro e prata e a exuberância da nobreza comercial portuguesa e sobrados luxuosos confundiam-se com as ricas casas comerciais.

<sup>158</sup> Nota de Jonh Law. Taylor (1956:159ff) partilha do ponto de vista de que isto começou em 1456-7. Beaujouan (1966:71; e Poulle 1957:144) e Chaunu (1979:254) estimaram a data próxima a 1485.

<sup>159</sup> (Cf. Law John, 1986, Apud Pereira, Maria de Nazaré Freitas e Gadelha, Paulo. Op. cit., em disquete, p. 14)

Portugal teria de se manter, a qualquer custo, na condição de nação



hegemônica do capitalismo comercial e D. Manuel, por seguir a tradição dos seus antecessores, marca o apogeu das navegações portuguesas. Em razão disso, já era notório em toda a Europa o reconhecimento de Portugal como potência marítima, ao ponto de Lisboa ser classificada de a Cidade da Prata. (cf. Dantas, op. cit, p. 6)

Essa cidade “(...)eterna, que então era, não o

**Figura 92. Lisboa no século XVI<sup>160</sup>** cérebro, mas

o coração do mundo”, (Cf. Dantas, Apud Malheiro Dias, op. cit. p. 10), além de está se transformando no principal porto comercial europeu pelo Atlântico apresentava, notoriamente, o seu rico comércio que a transformou na principal cobiça dos estrangeiros, em particular cientistas, comerciantes

(...) Pintores, laminadores  
agora no cume estão,  
ouriveses, sculptores...<sup>161</sup>



**Figura 93. Rua dos Mercadores<sup>162</sup>**

Ruas centrais ostentando exuberantes sobrados residenciais confundiam-se com as ricas casas comerciais, por onde elegantes carruagens movidas por cavalos e burros transportando os seus *varões previdentes* misturavam-se às pessoas de todos os estratos sociais,

<sup>160</sup> Figura 92. Lisboa no século XVI. Gravura em cobre da edição latina da obra de Hans Staden sobre o Brasil (Francfort 1592), In: Malheiro Dias, op. cit. p. XCVIII.

<sup>161</sup> (Gil Vicente, Micellaneas. In: Júlio Dantas, 1921, p. 21)

<sup>162</sup> Figura 93. Lisboa: Rua dos Mercadores. In Malheiro Dias. Op. cit. entre as pp. 4 e 5. Referência completa na bibliografia geral e na das fontes de ilustrações.

tais como as mulheres e homens do povo, a nobreza portuguesa acima ilustrada e mercadores em geral.



Figura 94. Mulheres do povo<sup>163</sup>



Figura 95. Homens do povo<sup>164</sup>

A partir daquela data e por algumas décadas dos século XVI, Lisboa continuou sendo a

*(...) Cidade na qual os mercadores novos-ricos, com os mongís<sup>165</sup> de escalarte (de cor vermelha muito viva) e os seus colares-de-ombros de ouro de Rodes; (...) os burgueses soberbos (...) tratando uns aos outros de 'senhoria'; os mouros, de aljubas<sup>166</sup> brancas, com a sua braga de ferro na perna; os negrinhos que tanto impressionaram o erudito Nicolau Clenardo; todo o povo da cidade, curtido, tishnado (queimado) de sol, arrastando os sôcos (tamancos) de madeira, muito semelhante no tipo ao povo grego (Trone – Lippomoni) em cuja honrada multidão se insinuavam os cortadores de bolsas, os picões de navalhas que a lei mandava marcar a fogo na testa (1515), os vadios, os mendigos, os ciganos, os frades – vadios também – mendicantes franciscanos de alforge às costas, carmelitas, bentos orgulhosos.<sup>167</sup>*

Além dessas realizações, D. Manuel I também não deixou de cumprir o acordo feito com os reis católicos da Espanha sobre a causa judaica em Portugal, como já foi mostrado anteriormente. E assim colheu simultaneamente os frutos do trabalho e do capital dos judeus (cristãos novos), e, em seguida, por interesses

<sup>163</sup> Figura 94. Mulheres do povo na era manuelina. Idem, ibidem.

<sup>164</sup> Figura 95. Homens do povo na era manuelina. In: Malheiro Dias. Op. cit., p. 5.

<sup>165</sup> Túnica: talar com mangas perdidas; hábitos de monge; vestidura antiga talar (corte de roupa) de mulheres. (Cf. Faria, 1851, p. 583).

<sup>166</sup> Termo já definido no capítulo II

<sup>167</sup> (Cf. Júlio Dantas, op. Cit, p. 6).



personais, não se opôs ao extermínio dos mesmos. Os triunfos de D. Manuel foram reconhecidos e louvados postumamente por João de Barros no discurso de exaltação, panegírico a D. João III — citado no início deste capítulo — e conforme foi mostrando que outro cidadão para amar aquele reino igual a esse rei louvado não houve, não há e nem haverá.

E uma prova disso, foi o estímulo

**Figura 96. Mercadores portugueses<sup>168</sup>** que D. Manuel continuou dando a sua política de expansionismo do Império colonial português. Da mesma forma que os seus antepassados, em particular D. Henrique e seu antecessor D. João II, preparou, segundo os padrões da época, tanto os recursos humanos quanto a tecnologia de navegar. E assim, tomar-se-á alguns fragmentos dos discursos cartográficos portugueses, para que a barca da exegese desta tese retome aquela sua jornada começada no primeiro capítulo e especule, a partir do seguinte, cujo título é: *Saberes agrários brasileiros ocultos nas informações do passado transcendental da cartografia portuguesa.*<sup>169</sup>

<sup>168</sup>

Figura 96. Mercadores portugueses na época manuelina. Idem, ibidem.

<sup>169</sup>

As dúvidas sobre alguns detalhes específicos à técnica e a tecnologia de navegação do período tratados neste estudo, foram esclarecidas pelo Capitão-de-fragata da Marinha brasileira, César Augusto Pinto Cruz; os específicos à cartografia, pelo Dr. Renato Brandão, arqueólogo, mestre em cartografia e doutor em História, cuja tese trata das técnicas cartográficas portuguesas do século XV e os da ciência geográfica, por Carlos Fernando Galvão, geógrafo e mestre em Ciência da Informação. As suas contribuições foram ressaltadas no item dos agradecimentos